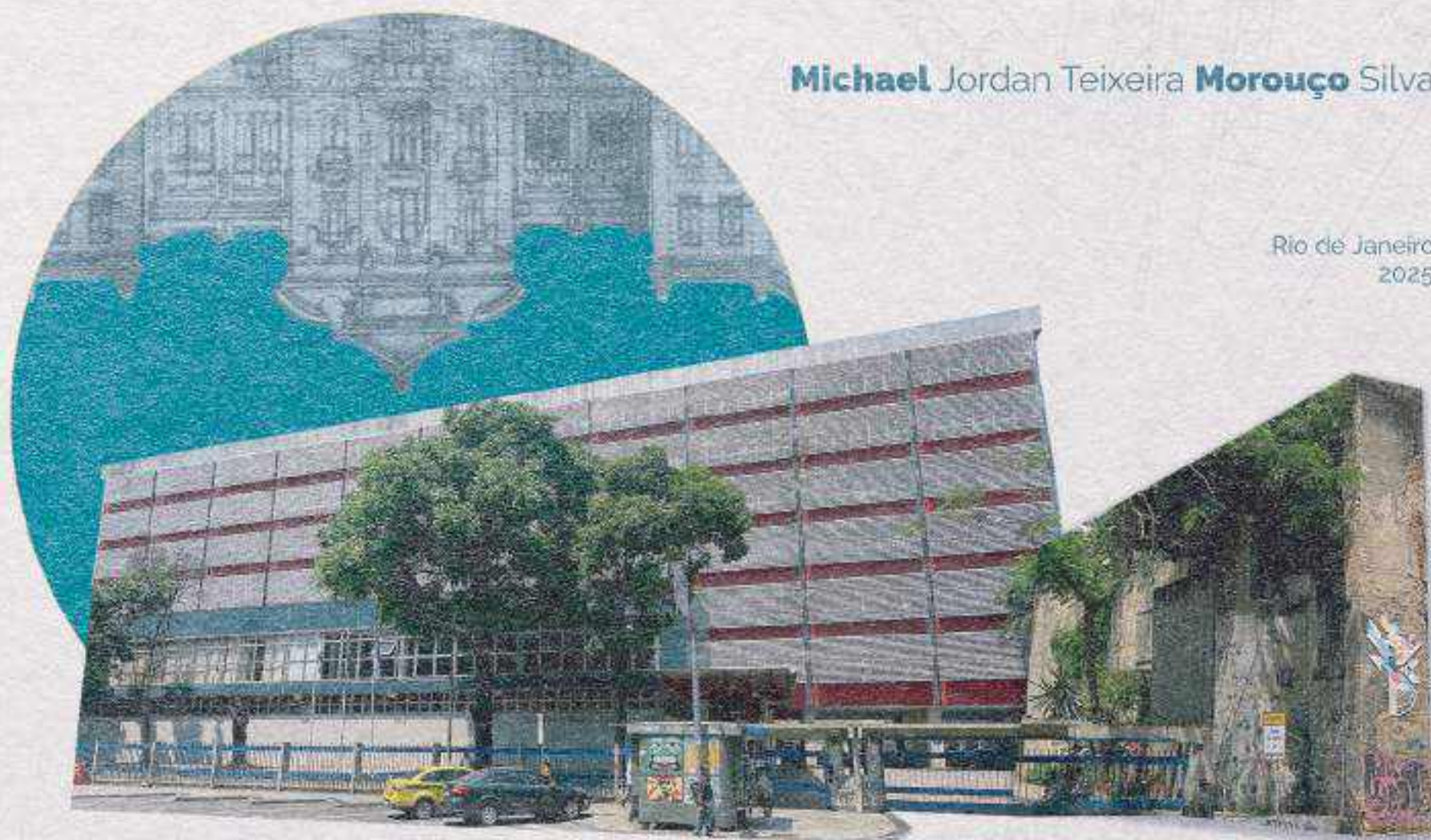


QUANTAS MEMÓRIAS CABEM EM UM QUARTEIRÃO? UM REENCONTRO DO PASSADO NO PRESENTE NO COMPLEXO HOSPITALAR SOUZA AGUIAR

Michael Jordan Teixeira **Morouço** Silva

Rio de Janeiro
2025



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Letras e Artes
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

**QUANTAS MEMÓRIAS CABEM EM UM QUARTEIRÃO?
UM REENCONTRO DO PASSADO NO PRESENTE NO
COMPLEXO HOSPITALAR SOUZA AGUIAR**

Michael Jordan Teixeira Morouço Silva

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências da Arquitetura. Vinculada à área de concentração Patrimônio, História e Crítica da Arquitetura, na Linha de Pesquisa Teoria e Ensino de Arquitetura, dentro do Projeto de Pesquisa Lugares de Memória da Saúde.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana M. G. A. Amora
Coorientador: Prof. Dr. Helio Luiz Herbst Junior

Rio de Janeiro, RJ - Brasil
2025

QUANTAS MEMÓRIAS CABEM EM UM QUARTEIRÃO? UM REENCONTRO DO PASSADO NO PRESENTE NO COMPLEXO HOSPITALAR SOUZA AGUIAR

Michael Jordan Teixeira Morouço Silva

Orientadora: Prof. Dra. Ana Maria Gadelha Albano Amora

Coorientador: Prof. Dr. Helio Luiz Herbst Junior

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências da Arquitetura. Vinculada à área de concentração Patrimônio, História e Crítica da Arquitetura, na Linha de Pesquisa Teoria e Ensino de Arquitetura, dentro do Projeto de Pesquisa Lugares de Memória da Saúde.

Rio de Janeiro, RJ - Brasil

2025

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. ANA MARIA GADELHA ALBANO AMORA (PROARQ/FAU/UFRJ)

Prof. Dr. HELIO LUIZ HERBST JUNIOR (PROARQ/FAU/UFRJ)

Prof^a. Dr^a. NIUXA DIAS DRAGO (PROARQ/FAU/UFRJ)

Prof. Dr. RODRIGO KAMIMURA (PROARQ/FAU/UFRJ)

Prof. Dr. CLAUDIO COMAS BRANDÃO (EBA/UFRJ)

Prof. Dr. CLAUDIO A. GALENO IBACETA (UNIV. CAT. DEL NORTE - CHILE)

CIP - Catalogação na Publicação

M869q Morouco, Michael
Quantas memórias cabem em um quarteirão? Um reencontro do passado no presente no Complexo Hospitalar Souza Aguiar / Michael Morouco. -- Rio de Janeiro, 2025.
120 f.

Orientadora: Ana Maria Gadelha Albano Amora Amora.
Coorientadora: Helio Luiz Herbst Junior.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 2025.

1. Hospital Municipal Souza Aguiar. 2. Memória da Cidade. 3. Patrimônio Material. 4. Forma Urbana. 5. História. I. Amora, Ana Maria Gadelha Albano Amora, orient. II. Junior, Helio Luiz Herbst, coorient. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer pessoa, agradeço primeiramente mais essa conquista à Deus e todas as pessoas que Ele colocou ao meu redor, que me incentivaram e deram força. Agradeço ainda a intercessão de Nossa Senhora e todo conforto e fôlego nos momentos de desesperança.

Agradeço, de todo meu coração, aos meus pais, que mesmo distantes me fizeram manter o foco, me animando e incentivando. Eles me ensinaram a sorrir e a lutar, independente da dificuldade. Como eu cresci ouvindo: "a gente só cresce na vida se for estudando, nunca desista porque os estudos vão te levar longe", dedico esta conquista mais uma vez a eles, do primeiro filho a se formar em uma universidade pública, pro primeiro filho mestre pela mesma universidade.

Ainda, agradeço à minha esposa por toda persistência, compreensão, ânimo e força dada ao longo desses dois anos. Por todas as madrugadas que acordava e ia me olhar para ver se estava aguentando terminar de fazer tudo do mestrado, pelo companherismo e por aceitar visitar meu campo de estudo todas as vezes comigo. Por toda paciência e entendimento.

Tenho um agradecimento especial aos meus orientadores, à Ana e Helio por toda paciência, acolhimento e aprendizado. Ao longo desses dois anos eu pude crescer como pesquisador e como pessoa tendo vocês ao meu lado. Cada palavra de orientação, puxão de orelha, conselho e incentivo estão guardadas e levarei sempre comigo. Obrigado por todo apoio e por sempre me ensinar a ensinar, vocês sempre serão meu exemplo de profissional que quero me tornar.

Aos membros da banca, professora Niuxa, Professor Rodrigo, Professor Claudio Galena e Professor Claudio Brandão, agradeço a disponibilidade, apontamentos e orientações.

Agradeço também aos alunos das turmas de CFA II que tive a oportunidade de realizar meu estágio. Foi gratificante e enriquecedor, uma experiência de crescimento e desafio que me desenvolveu.

Por último e não menos importante, agradeço aos integrantes do grupo LabLugares por toda troca e apoio sempre.

““”

Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro. Podemos navegar no mar do passado próximo graças à memória pessoal que conservou a lembrança das suas rotas, mas para navegar no mar do passado remoto teremos de usar as memórias que o tempo acumulou, as memórias de um espaço continuamente transformado, tão fugidio como o próprio tempo.

José **Saramago**

Neste estudo examinamos o processo de ocupação e as modificações de uma quadra localizada no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro, por nós denominada "Ilha de Saúde" (AMORA et al., 2023), onde está situado o Complexo Hospitalar Souza Aguiar. A investigação se baseia na análise da memória da cidade, articulando noções como história, memória, patrimônio e documento, utilizando uma abordagem metodológica histórica e crítica. A pesquisa foca nas transformações históricas, morfológicas e arquitetônicas da referida quadra e seu entorno, com ênfase no desenvolvimento, ampliação e adaptações do Hospital Municipal Souza Aguiar, desde sua origem como um posto de saúde no início do século XX até sua configuração atual, como Complexo Hospitalar, que é caracterizada pela presença de edificações de diferentes épocas, obras de arte e elementos arquitetônicos preservados. Por meio de estudos cartográficos, levantamentos fotográficos, desenhos e modelagens digitais, a pesquisa visa entender como o espaço foi alterado ao longo do tempo e de que maneira a presença de determinados elementos, como o muro remanescente da antiga edificação, preserva memórias tanto materiais quanto simbólicas do passado. O foco central do estudo está na valorização da memória e na importância de documentar e interpretar os vestígios históricos que existem na cidade, especialmente em uma região que passou por profundas mudanças sociais e urbanísticas.

PALAVRAS-CHAVE:

Hospital Municipal Souza Aguiar; Memória da Cidade; Patrimônio Material; Forma Urbana; História

In this study, we examine the process of occupation and modifications in a block located in the historic center of the city of Rio de Janeiro, which we refer to as the “Ilha de Saúde” (AMORA et al., 2023), where the Souza Aguiar Hospital Complex is situated. The investigation is based on an analysis of the city's memory, articulating concepts such as history, memory, heritage, and documentation, using a historical and critical methodological approach. The research focuses on the historical, morphological, and architectural transformations of the block and its surroundings, with an emphasis on the development, expansion, and adaptations of the Municipal Souza Aguiar Hospital, from its origins as a health post in the early 20th century to its current configuration as a Hospital Complex, which is characterized by the presence of buildings from different eras, artworks, and preserved architectural elements. Through cartographic studies, photographic surveys, drawings, and digital modeling, the research aims to understand how the space has changed over time and how the presence of certain elements, such as the remaining wall of the old building, preserves both material and symbolic memories of the past. The central focus of the study is on the appreciation of memory and the importance of documenting and interpreting the historical traces that exist in the city, especially in a region that has undergone profound social and urban changes.

KEYWORDS:

Souza Aguiar Municipal Hospital; City Memory; Material Heritage; Urban Form; History

1. O TRABALHO 02

- 1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS 02
- 1.2 QUESTÃO E OBJETIVOS 09
 - 1.2.1 Questão e Objetivo Geral 09
 - 1.2.2 Objetivos Específicos 10
- 1.3 METODOLOGIA 10
- 1.4 ORGANIZAÇÃO 13

2. SOBRE A MEMÓRIA 18

- 2.1 O TEMPO PRESENTE DA HISTÓRIA 22
- 2.2 O ESPAÇO: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA CIDADE 26
- 2.3 MEMÓRIA E CULTURA MATERIAL: IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DO OBJETO 32
- 2.4 CONTRIBUIÇÕES PARA A DISSERTAÇÃO 35

3. LUGAR E SUA HISTÓRIA 41

- 3.1 O PATRIMÔNIO URBANO 41
- 3.2 A HISTÓRIA DO CAMPO DE SANTANA E IMEDIAÇÕES 47
- 3.3 O LUGAR 61

4. O PASSADO NO PRESENTE 78

- 4.1 O HOSPITAL 78
- 4.2 O MURO 87

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 99

6. REFERÊNCIAS 105



O TRABALHO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.2 QUESTÃO E OBJETIVOS

1.2.1 Questão e Objetivo Geral

1.2.2 Objetivos Específicos

1.3 METODOLOGIA

1.4 ORGANIZAÇÃO



Figura 1: Localização e entorno da Ilha de Saúde.

Fonte: Acervo LABLugares / PROARQ / FAU / UFRJ. Ilustração realizada a partir do desenho de Leticia Pessoa, editado pelo autor. 2025.



¹ Denominação criada por Amora, 2023 para efeito de entendimento do aglomerado de edificações de saúde de diversas especificidades e portes neste local. A utilização da categoria 'Ilha' é uma mera estratégia metodológica com o objetivo de destacar fisicamente uma parcela da área de estudo, pois apesar do terreno do HMSA e seu entorno abrigarem diferentes instituições, todas estão ligadas à rede do SUS.

O TRABALHO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tema deste trabalho é a ocupação de um quarteirão no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro, que hoje se configura como o Complexo Hospitalar Souza Aguiar (CHSA). O interesse pelo tema surgiu por conta da vontade de estudar o hospital e o tecido urbano em que está inserido a partir da consonância com o projeto de pesquisa da professora orientadora, para o qual a presente dissertação pretende contribuir, e da aproximação conceitual de diversos temas tratados em sala de aula durante a pós-graduação, como memória, história e documento, que serão abordados e utilizados ao longo deste texto.

O complexo hospitalar faz parte do que denominamos Ilha de Saúde¹, localizado na fachada Noroeste do Campo de Santana, um quarteirão contido entre as ruas Frei Caneca, Praça da República, Moncorvo Filho e General Caldwell. Neste local, além do Hospital Municipal Souza Aguiar (HMSA), há também a Coordenação de Emergência Regional Centro (CER), o HEMORIO, o Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda e a Unidade de Pronto Atendimento Centro (UPA). Nos arredores imediatos encontramos o Hospital Geral Moncorvo Filho e a Policlínica Militar do Exército (figura 1).

O que hoje constitui o Hospital Municipal Souza Aguiar (instituição de maior complexidade do conjunto) teve origem em 1907, no então Posto Central de Assistência Pública, que se localizava em um edifício na Rua Camerino, no centro da cidade, e cujos serviços eram aqueles de um pronto-socorro público. Com a

Figura 2: Sede do Souza Aguiar antes da reforma, já na Praça da República (Centro).

Fonte: Costa, Osvaldo Gilson Fonseca, 1948. Biblioteca IBGE. ID:17596. Código de Localidade: 330455



² Segundo Gustavo Rocha Peixoto (in CZAJKOWSKI, 2000, p.13), o ecletismo classicizante é caracterizado pela arquitetura acadêmica pós-neoclássica, praticada entre os anos 1870 e 1940. O ecletismo atribuiu à linguagem neoclássica maior dramaticidade, sendo possível verificar o aumento da carga decorativa nas composições do período. Também consideramos que este edifício tinha uma base de composição clássica destacando a base, o corpo, e o coroamento da edificação.

³ Governador do Estado da Guanabara, cujo território corresponde ao atual município do Rio de Janeiro após deixar de ser Distrito Federal, com a mudança da Capital para Brasília (1960-1974).

⁴ O termo foi empregado inicialmente por Mário de Andrade em seu texto *Brazil Builds*, publicado originalmente no *Correio da Manhã* em 1944, e depois na coletânea de Alberto Xavier de 1987 e na sua revisão de 2003, utilizada aqui como referência a partir de Amora (2019).

⁵ Contemporâneo de arquitetos como Niemeyer, Reidy, os irmãos Marcelo e Milton Roberto. Foi presidente do IAB no período coincidente com o governo JK e sua proposta de mudança da capital da República para Brasília. Foi membro do Conselho diretor do Clube de Engenharia, participando das principais discussões relativas à regulamentação da profissão, à construção de Brasília e à questão da habitação no Brasil.

⁶ O edifício está situado de frente para o Campo de Santana, entre o Hospital Souza Aguiar e a Faculdade de Direito da UFRJ. Atualmente, funciona a Odontoclinica Central do Exército (OCEX).

propagação das reformas sanitárias no início do século XX, o crescimento da cidade e a necessidade de um espaço de tratamento maior e mais completo, o posto foi transferido em 1910 para o atual logradouro, em um quarteirão onde existiam galpões então pertencentes a Prefeitura do Distrito Federal, próximo da atual avenida Presidente Vargas, e da Central do Brasil (antiga Estação Dom Pedro II).

O hospital então construído é era uma edificação com predominância horizontal, em estilo eclético classicizante² e possuía relação visual direta com o Campo de Santana à sua frente (figura 2).

No ano de 1960, no governo de Carlos Lacerda (1960-1965)³, ocorreram diversas ações na gestão da saúde pública, com a criação e intervenção em diversos hospitais. Dentre eles, o Souza Aguiar que foi ampliado, modernizado e modificado. O edifício eclético de caráter clássico deu lugar a um edifício monumental concebido de acordo com as premissas do Movimento Moderno na acepção identificada com a alcunha “Escola Carioca”⁴. O novo projeto foi assinado por Ary Garcia Roza⁵. Na figura 3 observamos o novo prédio sendo construído enquanto o antigo edifício era mantido.

Após a construção das novas instalações, o antigo edifício foi demolido, ficando apenas a fachada lateral como muro (figura 4) que separa o HMSA do Palácio da Saúde do Ministério da Guerra⁶.

A permanência da fachada lateral da edificação antiga lhe confere um caráter temporal entre o que existiu e o que há hoje. Se torna instigante essa relação entre o objeto atual e aquele que já não existe e que tentamos reconstituir sua história.

Figura 3: Hospital Municipal Souza Aguiar em construção ao fundo e à frente a antiga edificação.

Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Figura 4: Muro que separa o terreno do HMSA (à esquerda) do Palácio da Saúde do Ministério de Guerra (à direita). Vista da rua.

Fonte: Acervo LABLugares / PROARQ / FAU / UFRJ. Autoria Própria, 2025.



⁷ “Parte da cidade que constituiu os seus arrabaldes nos tempos da Colônia e era chamado de Campo da Cidade, que consistia em uma área pantanosa, um vasto areal alagadiço com vegetação de restinga. O local passou a ser ocupado por chácaras no século XVIII, mas uma grande porção não ocupada passou a abrigar atividades militares e a ser chamada como Campo de Santana, por conta da igreja de Santana. Com a República a denominação foi alterada para Praça da República, retornando ao nome original em 1965.” (Amora et al, 2023, p. 324).

De acordo com Lepetit (2016), a cada etapa de seu desenvolvimento, a sociedade revisita suas lembranças de forma a adequá-las às condições vivenciadas no momento. Assim, num processo de reelaboração constante e eterna reconstrução, a memória faz aparecer as “verdades” do passado com base em premissas do presente.

Dessa forma, tal muro, resquício de um edifício que seguia um parcelamento do solo feito anteriormente, de acordo com Panerai (2006), conservaria a memória de estados anteriores do território. Entender tais elementos nos dá indícios de como se deu a construção dessa quadra e como se chegou ao estado atual.

Vale ressaltar que o hospital está localizado à frente do Campo de Santana⁷, local de importantes acontecimentos históricos, intervenções e de disputa de memórias e narrativas, sociais e de poder, incluso em um tecido histórico com construções ecléticas, preservado desde a década de 1980 pelo projeto Corredor Cultural⁸ de preservação do Centro Histórico da cidade e, posteriormente, pela APAC da Cruz Vermelha⁹. Tal preservação levou à condição de patrimônio não apenas as arquiteturas singulares, mas os conjuntos urbanos formados por edifícios de menor porte construídos ao final do século XIX e início do XX, que correspondem à maior parte edificada do entorno imediato à praça (Amora, 2023). Todos esses fatores reforçam a justificativa deste trabalho de entender o lugar, suas mudanças ao decorrer do tempo, destacando a busca pela memória.

De acordo com Maurício de Abreu (1998), escolher analisar os espaços do passado e interpretar o tempo de um lugar não é fácil, pois é uma tarefa empírica, mas pode ser viável. E não basta apenas olhar para o passado, devemos estar atentos também ao presente. A memória da cidade está sendo produzida

continuamente, dia após dia e de alguma forma devemos registrar para que isso não se perca.

A área demarcada pelo edifício hospitalar monumental moderno do HMSA tem uma dinâmica articulada a uma série de serviços de saúde, que o conecta a outros locais da cidade e mesmo fora dela. Nesse sentido, partindo de uma escala macro das representações cartográficas e da análise de imagens de acervos buscamos abordar com um olhar histórico sobre a constituição dessa porção da cidade.

De acordo com Benevolo (2016, p.13), a palavra cidade pode ser empregada de acordo com dois aspectos. O primeiro é a organização de uma sociedade concentrada e integrada e o segundo é a indicação do aspecto físico dessa sociedade. Tal aspecto contém diversas características da sociedade e sua condição é mais durável que a própria sociedade. É a partir deste entendimento que somos motivados e que surge nosso fascínio por estudar o passado da cidade de acordo com o que ainda é existente no nosso presente. Pouco a pouco juntamos seus fragmentos como um quebra-cabeça que remonta memórias e corrobora com a história.

Olhando para a área do nosso objeto de estudo, conseguimos construir uma relação com a história do lugar. Antes de ser urbanizado e central, era um local alagadiço, situado nos arrabaldes da cidade, considerado insalubre até a sua ocupação por ex-escravizados e imigrantes pobres (Silva, 2015), situação que se modifica com o crescimento e expansão da cidade e implementação da linha férrea. Inclusive, tal região tem uma relação histórica relacionada ao transporte, desde o seu uso como local para prova de licenciamento de condução de veículos

8 Decreto nº 4.141 de 14 de julho de 1983. Lei nº 506 de 17 de janeiro de 1984. Lei nº 691 de 24 de dezembro de 1984, entre outras.

9 Decreto nº 11.883 de 30 de dezembro de 1992.

de tração animal, até a construção de terminais ferroviários e, posteriormente, com o metrô e os transportes rodoviários, mantendo viva essa função de conexão da cidade com seu entorno, atualmente metropolitano.

Esta parcela da cidade, a antiga freguesia de Santana, esteve sempre ligada não só a cidade do Rio de Janeiro e seus problemas, sejam eles físicos e geográficos, ou também àqueles da população que ali habitava. Lucia Silva (2015) nos fala sobre esse lugar na cidade que também era conhecida como Pequena África:

Esta freguesia estendia-se por grande parte da região do porto, pelas cercanias dos Morros da Providência e da Praça Onze. Ocupando uma área central da cidade, é hoje uma região degradada, mas guarda todos os sinais de uma batalha ocorrida há muito tempo entre uma população com um determinado modo de vida e um Estado omissor e, talvez por conta disto, ao mesmo tempo, opressor (Silva, 2015, p. 264).

Por conseguinte, o ambiente arquitetônico do hospital, e a parcela da cidade em que está inserido é parte dessa história, do seu entorno imediato e urbano. Assim, pretendemos produzir um material plural, voltado às questões ancoradas no espaço e que concentre todas as informações do complexo hospitalar e seu entorno, ressaltando sua qualidade enquanto equipamento público e de referência na saúde e contribuindo para a manutenção e difusão dessa memória.

Além do diferencial deste estudo atrelado ao amparo teórico acerca dos autores que problematizam o tema da memória, também nos deparamos com outros autores e estudos sobre esta área e que nos servem de arcabouço e

e documento para entendermos ainda mais o lugar e sua dinâmica.

Dentro deste contexto, podemos destacar autores que nos deram embasamento para nossa pesquisa. Podemos destacar os trabalhos de Ana Albano Amora que cunhou os termos "Ilha de Saúde" e "Corredor de Saúde", que englobam estudos de hospitais modernos no centro da Cidade do Rio de Janeiro na região entre a Praça da Cruz Vermelha ao Campo de Santana (2022, 2023), em específico o Hospital Municipal Souza Aguiar, sua arquitetura e sua inserção no tecido da cidade (data);, de Rafael Barcellos em parceria com Amora (data), e seus estudos sobre o Hospital Moncorvo Filho, próximo ao HMSA.

Podemos citar ainda: Elza Costeira com os estudos das políticas públicas de saúde do Rio de Janeiro e a construção de novos hospitais de emergência (2003), Rubens de Andrade e Jane Santucci (2009) com estudos sobre o painel mural de Burle Marx e todo o paisagismo do HMSA; Helio Herbst e Taís Ferreira (2023), tecendo considerações sobre o uso de pedras semipreciosas no painel do HMSA. Por outro lado, Lucia Silva (2015) nos trouxe informações históricas sobre esta área da cidade; Rachel Sisson (2008) que nos fala sobre sua contribuição para o entendimento do Campo de Santana e seus marcos arquitetônicos; e ainda Verena Andreatta (2006) que destaca os planos urbanísticos e principais mudanças que ocorreram na região central da cidade.

Além do já relatado, nossa motivação e justificativa para o desenvolvimento desta dissertação deve-se ao fascínio pelas descobertas a cada visita à área de estudo. O que se intensificou ao confrontarmos essas questões com os documentos, as narrativas e imagens do passado, que davam sentido e confirmavam o que víamos no presente.

Um ponto fundamental refere-se à reflexão que empreendemos sobre o muro escultórico/jardim e sua relação com a arte e com o passado, que foi relevante para a continuidade da pesquisa, sobretudo, pela abordagem pelo viés da memória, o que não havia sido explorado em detalhe.

Outra motivação foi a afeição pela arquitetura hospitalar, com a qual tenho um vínculo afetivo desde a época em que cursei Técnico em Vigilância em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz e ao entrar na graduação quando participei na pesquisa sobre outro hospital, no caso o Sanatório de Curicica, obra do arquiteto Sergio Bernardes, contribuindo e desenvolvendo materiais gráficos e maquetes físicas para análise dos edifícios que compõem o conjunto.

Tal participação também teve como desdobramentos a elaboração de dossiê sobre o Complexo Sanatorial de Curicica, entregue à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, e a organização da exposição SB|100 na FAU|UFRJ.

Anteriormente, participei com outros alunos de Iniciação Científica no III SIHAH, em Santiago (2018). O processo de pesquisa levou ainda à realização do Trabalho Final de Graduação (2021) vinculado ao tema estudado, mais especificamente, sobre a conservação preventiva do Complexo Sanatorial de Curicica, levando em consideração o papel do entorno construído e seus habitantes, visando uma conservação social e participativa. E mais recentemente, participei no V SIHAH (2023), realizado em Coimbra e do Laboratório Colaborativo (2024), realizado em Évora. participei no V SIHAH (2023), realizado em Coimbra e do Laboratório Colaborativo (2024), realizado em Évora.

A paixão pela pesquisa é decorrente desses anos de Iniciação Científica nos debruçando em temas da arquitetura hospitalar, da história e do patrimônio

moderno. O tema e o desenvolvimento do texto desta dissertação é fruto disto e do interesse cada vez maior em entender o desenvolvimento da cidade em suas diversas partes, reconstituindo sua história e valorizando sua memória material.

Cada reflexão, aqui por nós colocada, é a soma das vivências teóricas acumuladas ao longo do tempo e das visitas e percepções obtidas ao longo desses dois anos caminhando pelo objeto de estudo.

1.2 QUESTÃO E OBJETIVOS

1.2.1 Questão e Objetivo Geral

Esta dissertação foi guiada pelo seguinte questionamento: a conservação e reconstituição histórica do lugar poderia ter impacto no reconhecimento e valorização da memória?

Neste caso, tal parâmetro poderia nortear o estudo sobre a chamada "Ilha da Saúde", mais especificamente, guiando nossa investigação sobre o HMSA incluindo-se o paisagismo e as obras de arte (painel mural em seu interior e muro escultórico) nele integradas.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Discutir a importância da memória na construção do lugar;
- Entender a importância da pesquisa cartográfica e do redesenho para o entendimento das metodologias de reflexão sobre a constituição das formas da cidade e da arquitetura;
- Analisar as cartografias da área de estudos desde a década de 1930 e as mudanças ocorridas até os dias de hoje;
- Refletir historicamente sobre a morfologia da área de estudo no contexto do centro da cidade do Rio de Janeiro e
- Entender como se constituiu historicamente o quarteirão no qual está inserido o edifício do HMSA.

1.3 METODOLOGIA

A investigação colocada por nós neste trabalho é fundamentada em uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e analítico-descritiva, estruturada

em revisão bibliográfica, análise documental e levantamento in loco de dados visuais e documentos virtuais disponíveis em fontes abertas.

O recorte temporal abrange o período desde o século XVIII, quando encontramos as primeiras cartografias da cidade, até chegar aos dias de hoje, contrapondo as permanências e modificações ocorridas no quarteirão do Complexo Hospitalar, a chamada “Ilha”, quanto às mudanças ocorridas em seu entorno imediato.

Para entender melhor o objeto selecionado, aprofundar o tema, buscamos refletir partindo do próprio lugar em seu estado atual, mas também como ele era no passado e que elementos ou fragmentos desse passado conseguimos vislumbrar na atualidade.

O recorte espacial é definido pelo próprio quarteirão da chamada “Ilha de Saúde” e seu entorno imediato com o Campo de Santana. Tal recorte está atrelado aos elementos morfológicos do espaço urbano que são componentes integrantes da forma urbana. De acordo com Lamas (2010), podemos criar uma escala de leitura que vai da cidade, passando pelo bairro, até chegar à rua.

Seguimos a seguinte lógica de observação do espaço (visitas *in loco*, levantamentos, dedução etc), que além dos registros fotográficos, explora possibilidades ao questionar o que foi visto e coletado em acervos. E, por último, fizemos uma leitura, reinterpretando a realidade pelo meio digital com desenhos 2D (a partir de levantamentos aerofotogramétricos e cadastrais) e 3D (com levantamentos in loco, contrapondo aos registros da prefeitura e inferindo digitalmente por meio de fotos antigas).

A partir desse alinhamento metodológico, partimos para uma série de

pesquisas históricas, de referências e documentos, consistindo, primeiramente, em estudos nos campos da Arquitetura e Urbanismo, da Memória e do Patrimônio Material e da Saúde. No âmbito da Saúde, pesquisamos acerca da história do hospital. No âmbito do Urbanismo buscamos entender sobre o tecido histórico urbano e suas mudanças no decorrer do tempo, o impacto da implantação do hospital à época e a sua relação com a configuração do espaço construído na atualidade. E no âmbito Patrimonial, estudamos sobre memória, história e documento.

Para a revisão bibliográfica, foram escolhidas referências nacionais e internacionais sobre memória, forma urbana, históricas e conceitos sobre o lugar e toda a região de entorno da área de estudo. Essa etapa foi complementada pela análise de documentos e imagens de acervo, mapas cadastrais da região, artigos jornalísticos e conteúdos audiovisuais, incluindo visitas in loco, conferências e materiais institucionais.

Assim, de acordo com o que foi apresentado, as seguintes etapas organizaram a leitura do recorte espacial e a estruturação do trabalho:

A. Levantamentos bibliográfico e em bancos de dados:

- Estudo dos referenciais teóricos para análise, e que abordam a questão da memória das cidades, e o patrimônio material;
- Iconografias (Acervo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo da Cidade etc);
- Cartografias (Instituto Pereira Passos – Secretaria Municipal de Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro) e
- Manchetes de jornais da época (Hemeroteca da Biblioteca Nacional – BNDigital).

B. Levantamento do gabarito de todas as edificações do quarteirão, incluindo as do seu limite; para a realização da modelagem

C. Análise cartográfica, in loco e online;

D. Levantamento fotográfico.

1.4 ORGANIZAÇÃO

Assim, a presente dissertação foi construída a partir do presente, desde o qual examinamos o lugar e decidimos começar com base em fundamentação teórica acerca da memória, história e seus desdobramentos. Em seguida, criamos uma narrativa de construção do lugar (olhando para o passado), até chegarmos ao objeto de estudo, no caso o quarteirão e, mais especificamente, o HMSA, observando-se sua importância e relevância para a memória da cidade.

A partir da introdução, a dissertação está organizada da seguinte maneira:

No capítulo dois colocamos em discussão o conceito de memória a partir da conceituação proposta por Maurício de Abreu (1998) no artigo “Sobre a Memória das Cidades”¹⁰. Além disso, problematizamos a questão da memória urbana, com

¹⁰ Trabalho realizado com o apoio do CNPq e da Finep, e apresentado no Colóquio “O discurso geográfico na aurora do século XXI”, Florianópolis, 28-29 de novembro de 1996.

base em Maurice Halbwachs (1990), a relação entre memória e história de Jacques Le Goff (1990), e de história urbana de Bernard Lepetit (2016), bem como apresentando conexão com a ideia de patrimônio apresentada por Françoise Choay (1999).

A partir dessas discussões, discorreremos inicialmente sobre a diferenciação entre “história e memória”, em seguida, levantamos uma discussão sobre o tempo e sua relação com o espaço, a história e a memória. Na sequência, abordamos a questão sobre o espaço, ancorando a discussão em um ponto físico, no nosso caso a cidade e o patrimônio edificado, chegando ao conceito de memória da cidade. Em seguida, discutimos sobre a “memória coletiva”, fundamentando o que vem sendo discutido até aqui. Para fechar esse arcabouço teórico discutimos a noção de cultura material e memória, consolidando o objeto físico como referencial de memória da cidade.

O capítulo três examina a localização do nosso objeto de estudo a partir de cartografias históricas até os dias atuais. Entretanto, antes de iniciarmos efetivamente a análise sobre o lugar, reconstituindo no palimpsesto as camadas de tempo, entendendo sua história e sua formação, buscamos entender seu valor social enquanto patrimônio e seu alargamento conceitual como patrimônio moderno urbano na cidade do Rio de Janeiro. Justamente porque nossa intenção não é trazer à tona o passado, mas fundamentar o interesse pela cidade e sua construção, destaque e valorização de seu patrimônio urbano. Em seguida, localizamos na cidade a parcela urbana com o quarteirão, e começamos a discorrer sobre sua história a partir do primeiro marco que surgiu nesta porção da cidade, que é o Campo de Santana, ressaltando todas as suas modificações,

¹⁰ Trabalho realizado com o apoio do CNPq e da Finep, e apresentado no Colóquio 'O discurso geográfico na aurora do século XXI', Florianópolis, 28-29 de novembro de 1996.

concomitantemente às mudanças ocorridas no conjunto da cidade.

Destacamos, ainda, as principais edificações que surgiram ao redor do quarteirão analisado e que permanecem, ou não, até hoje. Na sequência, apresentamos historicamente as transformações ocorridas no quarteirão do complexo hospitalar, tanto na malha viária que o limita, quanto em seu interior, pelas modificações em suas edificações. O processo do redesenho levou em conta levantamentos in loco e cartografias de épocas distintas. Para a análise histórica recorremos a memorialistas e relatos antigos, como os de Vivaldo Coaracy (1882) ou dos Prussianos (1816), jornais de época e iconografias. Para fundamentar as análises urbanas recorremos a Philippe Panerai (2006) e a José Garcia Lamas (2010).

No capítulo 4, após entendermos toda a dinâmica da área numa escala macro na relação Cidade-Campo de Santana-Quarteirão, entramos em uma escala menor, do ponto de vista da edificação e sua relação com o entorno. Por conta disso, damos ênfase ao HMSA, sua história e mudanças ao longo do tempo, entendendo a realidade social em que estava inserido, destacando sua qualidade enquanto hospital público e exemplar da forma de fazer arquitetura da antiga “Escola Carioca”. Destacando sua relação com as obras de arte, procurando mais particularmente enfatizar o muro escultórico, um fragmento do passado reaproveitado como obra de arte, acenando para o futuro, assinado por Roberto Burle Marx em 1966, investigando sua criação, inserção e atual abandono.

Por fim, chegamos às considerações encerrando a dissertação, ressaltando a importância da análise cotidiana da cidade, não apenas olhando para seu passado, mas também para sua resistência no presente.

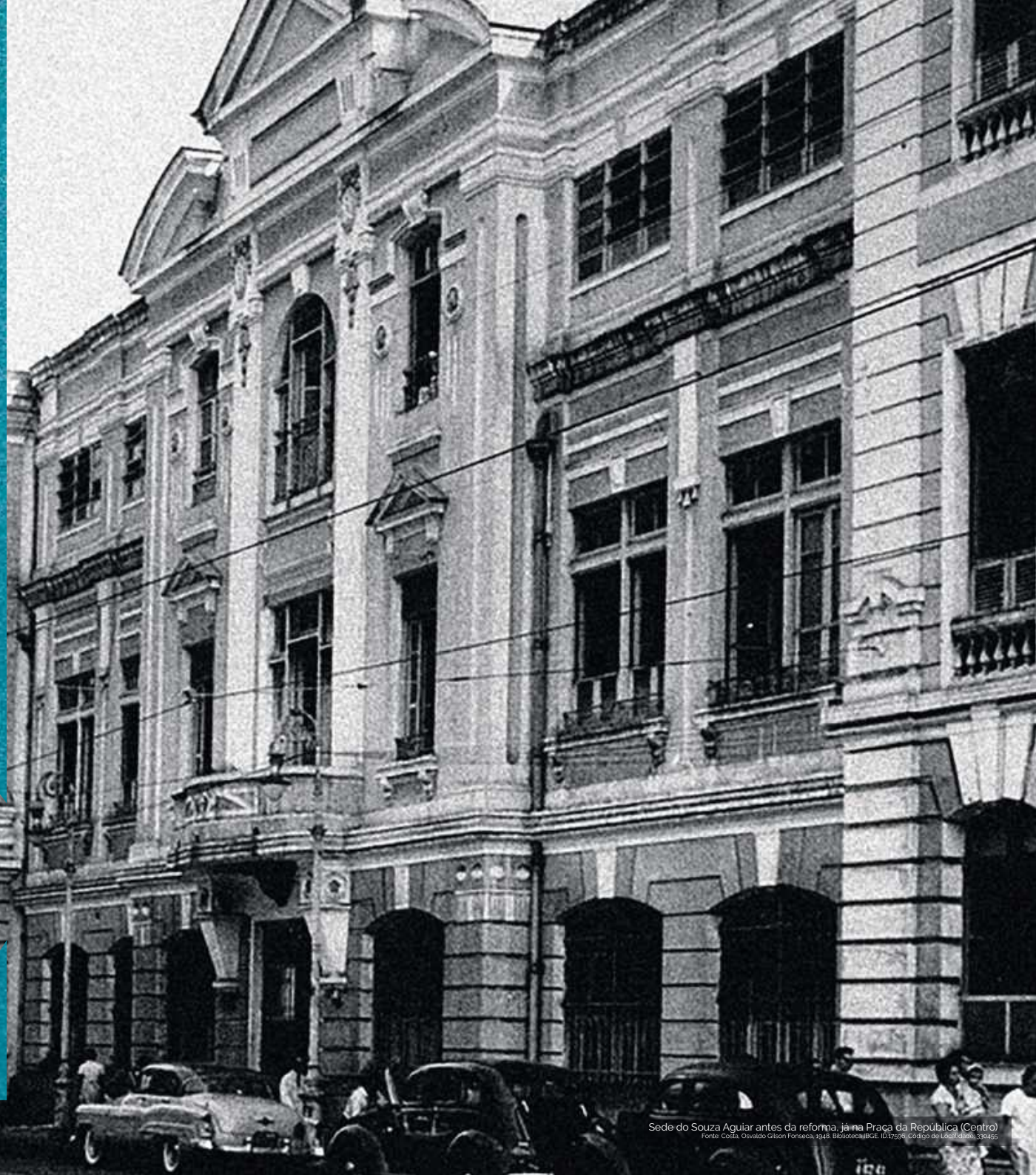
SOBRE A MEMÓRIA

2.1 O TEMPO PRESENTE DA
HISTÓRIA

2.2 O ESPAÇO: A CONSTRUÇÃO
DA MEMÓRIA DA CIDADE

2.3 MEMÓRIA E CULTURA
MATERIAL: IMPORTÂNCIA DO
ESTUDO DO OBJETO

2.4 CONTRIBUIÇÕES PARA A
DISSERTAÇÃO



Sede do Souza Aguiar antes da reforma, já na Praça da República (Centro)

Fonte: Costa, Osvaldo Gilson Fonseca, 1948. Biblioteca UFGD. ID 17599. Código de Localização: 330455

“

Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro.

José **Saramago**

SOBRE A MEMÓRIA

Antes de pensar sobre quantas memórias o lugar pode carregar e quantas foram apagadas, antes de levantar qualquer discussão, surge uma primeira inquietação: o que é memória? Como poderíamos explicar em palavras? Quando falamos de memória é fácil dar como exemplo a lembrança. Entretanto, qual seria sua definição? Todos compreendemos, no senso comum, o que é memória. Mas se quisermos explicar este conceito dificilmente conseguiremos fazê-lo, pois é subjetivo (a não ser que esteja amparada e consolidada em algo palpável, como os documentos e objetos) e por isso podemos considerar como algo polissêmico¹¹.

Nosso interesse é facilitar essa compreensão e desenvolver uma pesquisa acessível, de maneira direta. Assim, nossa intenção é formular, a partir de um arcabouço teórico, uma discussão sobre um espaço histórico, refletindo sobre seu passado e a causa de sua importância no presente.

A memória é entendida como a nossa capacidade de reter e associar informações. De acordo com Samuel Butler (2004, p. 60):

Parece, então, que devemos à memória quase tudo o que temos ou somos; que nossas ideias e concepções são obra dela, e que toda nossa percepção, pensamento e movimento derivam dessa fonte. A memória reúne os incontáveis fenômenos de nossa existência em um todo único; e assim como nossos corpos seriam dispersos na poeira de seus átomos componentes se não fossem mantidos juntos pela atração da matéria, nossa consciência seria fragmentada em tantos fragmentos quantos segundos tivéssemos vivido, não fosse a força de ligação e unificação da memória¹².

¹¹ De acordo com o Dicionário Michaelis : Adjetivo. Relativo à polissemia; que tem mais de um significado.

¹² Tradução literal do trecho: *"It seems, then, that we owe to memory almost all that we either have or are; that our ideas and conceptions are its work, and that our every perception, thought, and movement is derived from this source. Memory collects the countless phenomena of our existence into a single whole; and as our bodies would be scattered into the dust of their component atoms if they were not held together by the attraction of matter, so our consciousness would be broken up into as many fragments as we had lived seconds but for the binding and unifying force of memory."*

Podemos ressaltar que nossa mente é modificada por toda e qualquer experiência e que a memória é diretamente impactada e pode ser transformada pelo ambiente, pelo espaço e pelas relações sociais.

De acordo com Le Goff (1990, p. 423):

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Apesar da relação com o passado, a memória não é uma mera repetição do que já passou, mas um processo ativo de reconstrução. Isso abre espaço para um diálogo com as abordagens sociais da memória, que apontam justamente para o caráter construído, seletivo e orientado das lembranças. Neste raciocínio, podemos relacioná-la à história.

Nas ciências sociais, a memória é concebida como uma construção coletiva e dinâmica, vinculada aos contextos culturais, históricos e políticos em que os sujeitos estão inseridos. Maurice Halbwachs (1990), um dos principais teóricos do tema, introduziu o conceito de “quadros sociais da memória”, argumentando que a lembrança individual só é possível porque se insere em estruturas coletivas de significação. Assim, mesmo os aspectos mais íntimos da memória são mediados pelas relações sociais.

Jacques Le Goff (1990, p. 52) amplia essa discussão ao diferenciar os conceitos de memória e história. De acordo com o autor, a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, portanto, em permanente transformação.

Em contrapartida, “a história é a ciência do tempo”. Assim, segundo Le Goff, a história torna-se uma reconstrução racional, crítica e analítica do passado. A memória tende a ser afetiva, seletiva e identitária; a história, por sua vez, busca direcionamento crítico e metodológico. A memória coletiva é um objeto de estudo da história.

Essa relação história-memória, assim como passado-presente, é ainda associada por Le Goff (1990) no conceito de documento-monumento. De acordo com o historiador, a noção de “documento” foi ampliada, no século XX, para qualquer testemunho de ação do homem no tempo, indo além do testemunho escrito. A ideia de monumento estaria primeiramente atrelada a um objeto físico e erigido para este fim (arquitetônico ou elemento físico) com relação direta à memória coletiva de determinada sociedade, sendo um objeto do presente que faz alusão ao passado, dessa forma, se tornando um documento.

Assim, monumento/documento, memória e história formam uma tríade interdependente. E podemos inferir que a memória coletiva interfere na seleção do que deve ser preservado; a história fornece o instrumental crítico para interpretar e legitimar essas escolhas; e o monumento materializa essas decisões, servindo como ponto de encontro e interpretação do passado a partir do presente, além de ser um registro no tempo como documento. Conforme observa Choay (2001), o monumento é simultaneamente uma herança e uma construção, sempre marcada por valores simbólicos, culturais e políticos.

A fundamentação teórica descrita acima, profundamente difundida e discutida pelos autores citados, parece estar resumida no extrato de uma crônica¹³ de José Saramago¹⁴, apresentada na epígrafe deste capítulo:

¹³ O nosso primeiro contato com o autor foi na capa de um livro que recebemos logo no primeiro ano que cursamos o Ensino Médio e Técnico da Escola Politécnica de Saúde, na Flocruz. Toca-nos o tema da memória retornar à nossa discussão quinze anos depois desse primeiro contato e é muito relevante nos lembrarmos desse fragmento dos escritos de Saramago. Falar de memória, relembrando de memórias da juventude esquecidas, mas guardadas de alguma forma no tempo. PDF do livro contendo o poema logo em seu início: <https://www.epsjv.flocruz.br/upload/d/miolo25anos.pdf>

¹⁴ José de Sousa Saramago (1922-2010), foi um escritor português, ganhador do Nobel de Literatura e do Prêmio Camões. Passou grande parte de sua vida em Lisboa e o trecho utilizado nesta dissertação é uma parte de uma crônica que o autor faz se declarando para a cidade de Lisboa. Crônica completa no site Outros Cadernos de Saramago: <https://caderno.josesaramago.org/137907.html>

Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro. Podemos navegar no mar do passado próximo graças à memória pessoal que conservou a lembrança das suas rotas, mas para navegar no mar do passado remoto teremos de usar as memórias que o tempo acumulou, as memórias de um espaço continuamente transformado, tão fugidio como o próprio tempo (Saramago 2011, p.1).

O “eu lírico” da crônica escreve saudosamente relembando o lugar onde morou. É nítida a relação entre o lugar, que seria o espaço físico habitado, e as lembranças que retornam à sua mente trazendo saudade. Outra questão interessante abordada é a relação dessa memória individual em conflito com o espaço da cidade sempre em constante mudança. Lepetit (2016) contribui para a reflexão nos dizendo que a memória coletiva se apoia nas imagens do espaço, e que este por si só é uma memória e seu conteúdo é formado por elementos do passado. Tais elementos seriam escolhidos de acordo com o interesse da sociedade, e, geralmente, pela classe dominante.

A epígrafe nos ajuda também a destacar algumas palavras-chave que iremos analisar a seguir, exemplificando as relações entre os conceitos de memória, de espaço e de tempo a partir da observação do lugar, como nos aponta Poulet (1992, p. 54 apud Abreu, 1996, p. 11): “graças à memória, o tempo não está perdido, e, se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado, está o espaço reencontrado”.

A partir do exposto, no próximo subcapítulo vamos entender a questão

temporal e elencar a diferença entre história e memória, com o intuito de destacar suas diferenças. Em seguida iremos discorrer acerca da memória da cidade (relação entre memória e o espaço urbano). Logo depois iremos falar sobre memória e cultura material, mostrando a relevância do tema e de estudarmos o patrimônio histórico edificado e urbano. Para finalizar este capítulo discutiremos sobre a contribuição desse tema para a dissertação.

É válido ressaltar, ainda, que pela vastidão conceitual que envolve a memória, optamos por ressaltar as contribuições dos teóricos franceses Le Goff¹⁵ e Halbwachs¹⁶, sem também deixar de incluir outros autores, como Bernard Lepetit¹⁷ e Choay¹⁸ e os brasileiros Maurício de Abreu¹⁹, Milton Santos²⁰ e Ulpiano Bezerra²¹ de Meneses, estes últimos voltados à análise da sociedade brasileira.

2.1 O TEMPO PRESENTE DA HISTÓRIA

Antes de partirmos para a discussão sobre tempo, espaço e suas relações com a memória é interessante que façamos uma pequena parada para destacar e diferenciar de maneira mais direta as associações entre história e memória, de maneira que fique claro cada conceito.

A relação entre esses conceitos forma um campo de debates acadêmicos, porque mesmo que ambos tratem do passado, seus objetivos, métodos e significados não se ancoram da mesma forma e têm relações diferentes com a sociedade. De maneira direta, a memória se relaciona ao vivido, ao afetivo, no

¹⁵ Jacques Le Goff (1924 - 2014) foi historiador francês, vencedor do Prêmio Gobert em 1996, pertenceu à terceira geração da Escola dos Annales e foi aluno de Lucien Febvre.

¹⁶ Maurice Halbwachs (1877 - 1945) pesquisador francês, tinha como mentor Émile Durkheim. Desenvolveu o conceito de Memória Coletiva. Foi morto no campo de concentração de Buchenwald, Weimar, Alemanha.

¹⁷ Bernard Lepetit (1948 - 1996) foi um historiador francês, integrante da quarta geração da Escola dos Annales.

¹⁸ Françoise Choay (1925 - 2025) foi uma historiadora francesa. Dedicou-se à historiografia das formas urbanas e arquitetônicas e à discussão do patrimônio.

¹⁹ Maurício de Almeida Abreu (1948 - 2011) foi um geógrafo brasileiro, também considerado historiador. Dedicou-se ao desenvolvimento da geografia histórica e geografia urbana no Brasil.

²⁰ Milton Almeida dos Santos (1926 - 2001) foi um geógrafo brasileiro, considerado um dos mais renomados intelectuais do Brasil no século XX.

²¹ Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1936) é professor, museólogo, arqueólogo e historiador do Departamento de História na Universidade de São Paulo.

individual e no coletivo. Em contrapartida, a história constrói narrativas por meio da crítica documental e da análise racional e é sempre coletiva. Talvez, neste momento, percebemos um ponto de interseção entre história e memória coletiva: ambas coincidem sobre aspectos sociais, se reforçam e, além disso, se ancoram no espaço a partir de um determinado tempo.

De acordo com Abreu (1998, p. 15-16):

Há diferenças fundamentais entre memória e história. A memória, seja ela coletiva ou individual, é sempre seletiva: só nos lembramos daquilo que queremos lembrar. Por essa razão, a memória é parcial, descontínua e vulnerável a todas as utilizações e manipulações (NORA, 1984, p. 19). A história, por sua vez, busca a objetividade. Nunca conseguirá atingir a objetivação total, como nos lembra Le Goff (1990), mas chega muito mais perto dela do que a memória.

A memória, em sua dimensão mais imediata, remete à capacidade de reter e evocar experiências passadas. Entretanto, quando tratada em uma perspectiva social, a memória adquire uma complexidade maior. Maurice Halbwachs (1990), criador do conceito de memória coletiva, assinala que a memória se forma e se estrutura no interior de grupos sociais. Para ele, toda memória é coletiva porque é mediada pela linguagem, pelos costumes e pelas referências compartilhadas socialmente no ambiente onde o indivíduo está inserido. Nesse sentido, a memória ultrapassa a noção de lembrança individual ligada tão somente às experiências individuais e dos sentidos, para se consolidar como fenômeno cultural e social.

Já a história como campo do saber e como a conhecemos hoje, pensada como disciplina científica, surge no período moderno como uma forma do

conhecer, sistematizada e planejada em relação ao passado. Diferente da memória, que está ligada ao sentimento e ao subjetivo, a história busca uma abordagem crítica, baseada em fontes documentais, métodos analíticos e narrativas supostamente imparciais. De acordo com Le Goff (1990), a história é uma construção racional que visa compreender o passado a partir de questionamentos próprios do presente.

A história está submetida a critérios de prova, coerência e crítica. A seleção de fontes, os recortes temporais, as perguntas formuladas e as interpretações construídas são todos atos marcados por interesses e contextos específicos. Bem como a memória coletiva, a história, esse saber histórico, pode estar atrelado às relações de poder e classes na sociedade colocando em xeque as relações de poder e disputa sobre o passado, e no caso específico deste estudo sobre a cidade.

Mesmo que memória e história se relacionem por meio do mesmo objeto, o passado, suas abordagens, funções e significados podem divergir. A memória é seletiva, sentimental e identitária; a história é crítica, analítica e interpretativa. A memória está ligada à experiência e à vivência; a história, à distância e à objetivação.

Jacques Le Goff (1990) propõe uma relação mais dialógica, ou seja, de troca de ideias e construção conjunta de significados entre memória e história. Ele reconhece que a história tem um papel crítico, mas que não pode prescindir da memória como fonte, objeto e contexto. Para Le Goff, o historiador deve analisar a memória com as ferramentas da história, sem negar sua importância simbólica e social.

Essas reflexões mostram que memória e história não são categorias

mutuamente excludentes, mas campos distintos que podem e devem dialogar. A memória fornece os testemunhos, os sentidos e os afetos; a história oferece a crítica, a contextualização e a análise.

De acordo com Le Goff (1990, p. 51):

A história não deve reger as outras ciências e, menos ainda, a sociedade. Mas, tal como o físico, o matemático, o biólogo – e, de outro modo, os especialistas de ciências humanas e sociais –, o historiador também deve ser ouvido, ou seja, a história deve ser considerada como um ramo fundamental do saber. Tal como as relações entre memória e história, também as relações entre passado e presente não devem levar à confusão e ao ceticismo. Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente transformado, tão fugidio como o próprio tempo.

Vale a pena salientar que o tempo talvez seja um conceito fundamental para a discussão sobre memória, história e monumento. Tempo aqui citado não em um contexto cronológico, mas abstrato e apesar de dividido em partes (como passado, presente e futuro), entendido como o todo. Ao exemplo de um bem tombado (que podemos entender como a materialização do tempo), que tem seu valor não apenas pelo passado, mas reforçado pelo presente e seu significado futuro. Entender e olhar apenas para uma dessas partes já o faz perder seu significado, na totalidade.

De acordo com Lepetit (2016), o tempo histórico realiza-se no presente. O passado é um presente em movimento, que pode ser reconfigurado e sempre passível de revisão. Nesse contexto de rememoração, um suporte ao tempo é o espaço. Não à toa, nossa metodologia se prende aos recortes espaciais, contextualizando o lugar da discussão e o período de tempo analisado, entrelaçando ambos para entender e reforçar suas memórias. Segundo Halbwachs (1990), o tempo da memória só se concretiza quando encontra a resistência de um espaço.

É pertinente ressaltar, ainda, que, de acordo com Halbwachs (1990 apud Lepetit, 2016), há uma analogia entre o território dos grupos sociais e sua memória. E que essa relação se encontra justamente no presente, pela presença do material no território, fazendo com que o tempo não se prenda somente a um ponto qualquer de origem, mas ficando ancorado no presente. É justamente essa relação e tensão entre espaço e tempo que é colocado anteriormente.

2.2 O ESPAÇO: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA CIDADE

A cidade, enquanto fenômeno social, é atravessada por processos históricos, políticos e simbólicos que configuram seus espaços e orientam sua organização. A relação entre memória e espaço urbano constitui um campo de reflexão fundamental para a compreensão de como as dinâmicas urbanas se

articulam à construção de identidades coletivas, à preservação (ou apagamento) do passado e à legitimação de narrativas históricas dominantes.

Concebida como um espaço socialmente construído, torna-se evidente que a cidade é também um repositório de memórias. Nesse sentido, a cidade não é apenas o lugar da experiência cotidiana, mas também o lugar onde são construídas, preservadas, esquecidas e disputadas nas narrativas sobre o passado.

De acordo com Abreu (1998, p. 7):

O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em "instituições de memória", ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença. A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado.

A noção de memória da cidade envolve múltiplas dimensões, conforme menção anterior ancorada em Halbwachs (1990). Este autor, ao desenvolver o conceito de memória coletiva, afirma que as lembranças não são produzidas de forma isolada, mas organizadas e condicionadas pelos grupos sociais. A materialidade do espaço, suas ruas, praças, edifícios e monumentos, serve como suporte para a preservação dessa memória coletiva.

Vale aqui ressaltar que "memória da cidade" e "memória urbana" não possuem o mesmo conceito. De acordo com Maurício de Abreu (1996, p. 18) "memória urbana" trata do estoque de lembranças do modo de vida urbano, sem obrigação de possuir uma base material particular ou a um lugar específico, e a

"memória da cidade", referencia obrigatoriamente essas mesmas lembranças a uma base material precisa, a um determinado lugar, como é o nosso caso, relacionando a memória ao passado da cidade a partir da "ilha de saúde".

Bernard Lepetit (2016) acrescenta que o espaço não deve ser considerado apenas como um plano físico, mas como uma construção simbólica que carrega as marcas das representações sociais. Assim, o espaço urbano é dotado de significados que são continuamente atualizados por meio das práticas sociais e dos discursos sobre o passado, ou sobre o seu apagamento. Cada rua, cada edifício histórico ou bairro pode carregar diferentes significados para distintos grupos sociais, revelando o caráter diverso da memória da cidade.

Milton Santos (2002) considera o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. A memória da cidade, nesse contexto, é produzida na relação entre a materialidade da cidade e as práticas sociais que nela ocorrem. O espaço urbano torna-se, portanto, um artefato social e histórico, constantemente moldado pelas interações entre seus habitantes.

Lepetit (2016) destaca a importância das representações sociais na construção da memória da cidade. A cidade é constantemente reinterpretada pelos grupos que nela habitam, que projetam no espaço seus valores, crenças e afetos. Essa dimensão simbólica do espaço urbano revela como a memória é construída não apenas pela permanência de elementos materiais, mas também por meio das significações atribuídas a eles.

Ulpiano Bezerra de Meneses (2007) reforça essa ideia ao afirmar que a cidade não é apenas um palco da história, mas também um agente ativo na produção de sentidos. Para ele, "a espacialidade do social é, em si, uma dimensão

constitutiva da memória, pois é por meio do espaço que as experiências são vividas, codificadas e transmitidas". Assim, o espaço da cidade é um campo simbólico no qual se disputam narrativas e identidades.

De acordo com Reboratti (1993, p.17 apud Santos, 2006, p. 67):

A paisagem humana é uma combinação de vários tempos presentes. Na verdade, paisagem e espaço são sempre uma espécie de palimpsesto onde, mediante acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe. O espaço constitui a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas. É ele, portanto, presente, porque passado e futuro.

Assim, a cidade é como um palimpsesto composto por camadas sucessivas de intervenções, com a existência de vestígios de épocas distintas. Dessa forma, como nos palimpsestos medievais, nos quais novos textos eram escritos sobre pergaminhos reutilizados, a cidade carrega marcas do passado em sua estrutura contemporânea. De acordo com Santos (2006), o caráter palimpsesto da cidade é memória viva do passado e torna possível olhar as camadas do passado numa perspectiva do todo.

Santos (2006, p. 69) ainda ressalta:

M. Bloch²² nos põe em guarda contra o risco de querer impor essa imagem - oferecida pela paisagem - a cada etapa do passado. O que temos diante de nós são apenas fragmentos materiais de um passado, de sucessivos passados, cuja simples recolagem não nos ajuda em muito. De fato, a paisagem permite apenas supor um passado. Se queremos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam juntamente com a história tal como a sociedade

²² Marc Léopold Benjamin Bloch (1886 - 1944) foi um historiador francês e um dos fundadores da Escola dos Annales, uma das correntes mais importantes da história social francesa.

a escreveu de momento em momento. Assim, reconstituímos a história pretérita da paisagem, mas a função da paisagem atual nos será dada por sua confrontação com a sociedade atual.

Essa perspectiva permite compreender a memória da cidade consubstanciada nas formas como um fenômeno não linear, marcado por permanências e rupturas. Ao caminhar por um centro histórico, por exemplo, é possível identificar elementos arquitetônicos de diferentes períodos, coexistindo em um mesmo espaço. A memória, portanto, não está apenas no que foi preservado, mas também no que foi transformado ou apagado.

A cidade do Rio de Janeiro oferece exemplos significativos de inscrição da memória na paisagem urbana com instrumentos importantes de preservação. O Corredor Cultural, instituído na década de 1980, foi uma iniciativa pioneira na preservação do patrimônio histórico do centro da cidade. Seu objetivo era conservar o acervo arquitetônico e urbano, reconhecendo o valor simbólico e histórico de edificações e logradouros.

Outro exemplo relevante é a Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) da Cruz Vermelha. Esta iniciativa visou preservar não apenas os imóveis, mas também os modos de vida, as relações sociais e os significados atribuídos pelos usuários ao seu território. Nesse sentido, a criação da APAC pretendia articular memória afetiva, patrimônio material e identidade local, reconhecendo que a memória não se limita aos monumentos, mas inclui a vivência cotidiana dos espaços.

Entretanto, assim como nos fala Abreu (1996), devemos tomar cuidado ao achar que as camadas do tempo, mesmo preservadas, são as mais antigas da

cidade. Tais edificações substituíram tantas outras que estiveram no mesmo lugar. Exemplo claro desta afirmação é que ao recordarmos as grandes reformas urbanas do século passado na cidade do Rio de Janeiro percebemos que seu "berço histórico", o Morro do Castelo, foi arrasado, com ínfimos sinais materiais de sua existência, mas presentes nos documentos. As camadas do tempo preservadas são sempre seletivas e não representam a totalidade do passado. Importante ressaltar que a área patrimonializada denominada APAC da Cruz Vermelha se estabelece em uma área da cidade que teve os morros do Senado e de Santo Antônio também demolidos.

A cidade, longe de ser um cenário neutro, é um espaço carregado de significados, onde se desenrolam disputas por visibilidade, pertencimento e reconhecimento histórico. A compreensão de sua memória exige uma abordagem crítica e interdisciplinar, que considere tanto os processos de patrimonialização quanto os mecanismos de esquecimento.

Em cada etapa de seu desenvolvimento, a sociedade remaneja suas lembranças de forma a adequá-las às condições do momento de seu funcionamento. Assim, num processo de reelaboração permanente, de reconstrução perpétua, a memória exprime as verdades do passado com base nas do presente e contribui diretamente para a memória da cidade.

Essa memória se materializa em diferentes suportes: monumentos, nomes de ruas, rituais, festas populares, arquivos, museus e instituições. Ela é também visível nas formas como os grupos sociais narram sua própria história e constroem sentidos sobre o passado. Bernard Lepetit (2016) destaca que os espaços urbanos são produtos dessas representações sociais, funcionando como cenários onde nos

quais as memórias se inscrevem material e simbolicamente.

A memória da cidade é uma corrente de pensamento contínuo, que é capaz de reter do passado somente o que ainda está vivo, seja fisicamente no espaço, seja na consciência de determinado grupo ou em registros e documentos, bem como nas formas materiais inscritas na paisagem (Abreu, 1996 p. 13). É interessante essa observação porque conseguimos entender que por mais que o presente muitas vezes reafirme o passado, não conseguimos afirmar que o passado todo será sempre preservado. Neste raciocínio, recorreremos também à cultura material, no reforço físico dessa memória do passado e como prova de tal memória.

2.3 MEMÓRIA E CULTURA MATERIAL: A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DO OBJETO

O estudo da cultura material pode nos levar a entender a constituição e manutenção da memória social. Objetos, monumentos, espaços urbanos e edificações históricas são, frequentemente, os suportes físicos nos quais as lembranças coletivas se ancoram. A articulação entre memória e cultura material constitui, portanto, um campo fértil de investigação, no qual se entrecruzam as dimensões simbólicas, afetivas, políticas e históricas do passado.

Nessa perspectiva, os objetos e os espaços físicos funcionam como marcadores que facilitam a rememoração. São elementos que, ao se manterem presentes, evocam temporalidades passadas e identidades compartilhadas.

A cultura material é constituída por todos os elementos físicos produzidos e utilizados por uma sociedade, e que carregam consigo significados históricos e sociais. Jacques Le Goff (1990) afirma que os vestígios do passado, tais como monumentos, documentos, ruínas ou artefatos, não são apenas restos inertes, mas verdadeiras "mensagens" que, uma vez interpretadas, revelam o modo como uma sociedade representa seu tempo.

O valor do monumento como documento é relevante para a preservação da memória e da história da cidade, se faz necessário o estudo dos objetos materiais e sua relação com a dimensão corporal²³ da memória. Vale ressaltar que as características físicas do material têm relação direta com sua memória, ou podem evocar lembranças.

De acordo com Amora (2010, p. 236), a arquitetura como monumento pode ser abordada por pelo menos três formas: a primeira como obra física de arquitetura ou arte, perpetuados ou não no tempo; a segunda atrelada a um aspecto documental, refletindo um tempo ou determinada prática social. Por último, com valor representativo para a cidade, articulada com a configuração urbana.

Entretanto, podemos nos questionar ainda sobre a natureza do objeto material e seu papel enquanto documento. Que conteúdo histórico pode o objeto conter que lhe confira esse caráter documental de determinado tempo ou ocasião? Podemos, mais uma vez, recorrer a Le Goff (1990, p. 535) que caracteriza "monumentos e documentos como os materiais da memória, porém, os primeiros seriam herança do passado e os segundos uma escolha do historiador." e complementa que "essa escolha, por si só, já extrai o documento de um conjunto e lhe atribui valor de

²³ A dimensão corporal da memória refere-se à capacidade do corpo de armazenar e evocar experiências, não apenas através do cérebro, mas também através de sensações, movimentos e padrões físicos. A materialidade do edifício pode interferir ou evocar determinadas memórias.

testemunho, ou seja, não é uma ação neutra, assim como o próprio documento não é inócuo²⁴" (ibid., p. 547).

Ulpiano Bezerra de Meneses (1997), considera que as conotações temporais de um objeto podem ser múltiplas em relação a outro objeto e sua função é justamente significar o tempo. Podemos tomar como exemplo o próprio HMSA, seu caráter monumental na paisagem e sua importância enquanto equipamento de saúde pública e referência que lhe confere destaque no quadro da arquitetura moderna brasileira.

Se colocarmos sob análise seus atributos formais, é possível observar que nele estão presentes alguns princípios de projeto recorrentes no período. Também é possível reconhecer aspectos do contexto no qual está inserido. Por essas questões talvez seja possível examiná-lo enquanto documento-monumento.

Um objeto edificado pode ter sua relevância e significação no tempo confirmada por meio de seus elementos simbólicos e arquitetônicos. Isso por que podemos considerar os edifícios como suportes para arcabouços simbólicos que podem difundir ideias a partir dos elementos formais e funcionais da arquitetura, já que, como nos apresenta Benjamin (1985) cumprem o papel de veículo de comunicação de massas, pois são obras cuja recepção se dá coletivamente no cotidiano na cidade (Amora, 2010, p. 233).

O edifício como um suporte da memória é uma fonte sobre a qual podemos nos debruçar para investigar sobre a memória da cidade, ou mesmo de um ou mais grupos e seus processos sociais, conforme menção anteriormente feita por Maurício de Abreu (1996).

Os edifícios podem ainda ser considerados "documentos dos campos a que

²⁴ O sentido de inócuo nessa citação quer dizer que um documento não é inofensivo ou sem sentido, sempre tem um propósito e um significado, por isso é relevante.

servem, apresentando nos espaços construídos as novas funções necessárias e o desenvolvimento de concepções operadas no âmbito específico de cada uma dessas áreas de conhecimento" (Amora, 2010, p. 233). Está mais especificamente óbvio no desenho de hospitais que acompanham as descobertas científicas, ou de escolas que acompanham as tendências pedagógicas. Desta forma, se transformam em "objetos de saber" (Le Goff, 1997 apud Sanglard e Costa, 2008, p. 22).

2.4 CONTRIBUIÇÕES PARA A DISSERTAÇÃO

Apesar do Hospital Municipal Souza Aguiar não ter sido especificamente tombado, o jardim vertical sobre muro escultórico e o painel mural situado no saguão principal de acesso encontram-se protegidos por decreto municipal n. 30936 de 4 de agosto de 2009, concedido por ocasião do centenário de Roberto Burle Marx, em 2009. Podemos entender este fato como um caráter de atenção do bem como um todo, pois a edificação tem uma relação direta com os jardins e obras de arte, bem como ambas têm diretamente com o entorno.

É possível falar isso porque Ary Garcia Roza (1911/1999) criou seu projeto em comunhão com o projeto paisagístico e artístico de Roberto Burle Marx (1909/1994). Amora (2019, p.7), a partir da concepção de Lucio Costa sobre a monumentalidade moderna²⁵ nos coloca a seguinte reflexão, considerando:

ser necessário, para a produção de uma monumentalidade contemporânea, que os arquitetos estivessem comprometidos com

²⁵ A autora refere-se ao texto em que Lucio Costa apresentou a sua concepção de uma monumentalidade moderna e que foi publicado pela Architectural Review na edição de setembro de 1948, juntamente com textos de outros proeminentes arquitetos do período sobre a matéria.

o estudo de questões relativas à expressão arquitetônica, participando de forma ativa dos debates artísticos para entenderem os fundamentos comuns de todas as artes. Só assim, um trabalho de âmbito funcional poderia responder aos mais altos propósitos e ser apropriado em termos plásticos.

Ary Garcia Roza argumenta, em depoimento transcrito em artigo assinado por Jayme Lima (2012)²⁶, que o projeto de arquitetura é uma opção estética, mas sobretudo, é consequência necessária de uma correta interpretação do programa e de escolhas técnicas condizentes com a função. Em entrevista transcrita nesse mesmo artigo, o arquiteto sentencia:

A arte na arquitetura é um estado de espírito indispensável. Mas eu fui criado na construção, desde pequeno, na construção da casa de meu pai. Para mim a tecnologia, os materiais – as conquistas da ciência e da tecnologia de uma época têm de fazer parte da arquitetura dessa época. Nós não estamos fazendo uma escultura, uma peça de arte. Estamos fazendo um equipamento urbano que vai participar da vida da coletividade. Então nós não podemos fazer isso só por beleza. A beleza é uma competência natural e lógica. Para que a obra seja feita, e bem feita, ela tem que ter essa condição, tem que ter essa qualidade, sem a qual não dura. (...) A concepção arquitetônica tem que ter uma síntese, tem que representar realmente a época que foi feita: os valores culturais, os agentes tecnológicos; sem isso não consegue fazer parte da comunidade (Roza, 2012)²⁷

²⁶ Retirado do site: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.150/4556>, acesso em 20/02/2025.

²⁷ Entrevista ocorrida no dia 09-05-2012 com Ary Garcia Roza que foi gravada em áudio e transcrita. Retirado do site: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.150/4556>, acesso em 20/02/2025.

De acordo com Ana Amora (2018), é possível perceber a presença de jardins e obras de arte, principalmente murais, em hospitais modernos projetados pelos

arquitetos da chamada 'Escola Carioca' entre 1940 e 1960. Uma das hipóteses é a existência de uma tradição paisagística na cidade do Rio de Janeiro, que de certa forma estava associada à concepção do edifício público moderno como representativo do Estado e da Nação, meta a ser alcançada em diversas conjunturas políticas entre 1930 e 1960. A liderança de Lúcio Costa no campo da modernização da arquitetura, que buscava sua expressão nacional desde a década de 1920, se apoia na reapropriação de elementos da arquitetura luso brasileira e na integração das artes, e apoiadas em uma mudança significativa no ensino da arquitetura.

Apesar do HMSA ser um bem tangível e com o jardim e obras de arte tombados, é necessária essa discussão a fim de documentar os processos históricos que proporcionaram seu reconhecimento como um bem que carrega consigo valores da arquitetura moderna e princípios relacionados à gestão da saúde. A respeito Giselle Sanglard e Renato Costa comentam:

As transformações pelas quais passaram os espaços construídos para o tratamento e a cura de doenças estiveram pautadas pelas mudanças ocorridas no campo da medicina, que implicavam novos programas e exigências higiênicas com impacto direto no projeto. Por outro lado, somaram-se a essas demandas outros pontos, como aquele referente à representação do Estado e do próprio campo da saúde, e aqueles mais particulares, referentes ao campo da arquitetura e do urbanismo, incluindo as respostas estéticas e de linguagens arquitetônicas, bem como de espacialidade, em face das transformações sociais, técnicas e culturais da chamada modernidade (Sanglard; Costa, 2008, p. 24).

Por isso, recorreremos não apenas ao edifício, mas também aos processos sociais em conexão com ele, entendendo-o como espaço concreto das memórias de todos esses campos. E é dessa forma que o conceito de lugar de memória permite a articulação dos campos do saber com o edifício e a apreensão dele além dos valores patrimoniais tradicionalmente atribuídos, como bem nos coloca Ana Amora, levantando dois pontos:

Em primeiro lugar, o valor simbólico que se apresenta intencionalmente na própria edificação, conferido já no ato do projeto; e, segundo o valor que se lhes pode conferir, posteriormente, considerando-as testemunhas de um determinado campo, como exemplares de um tipo específico que deva vir a ser preservado, ou como memória de eventos significativos (Amora, 2010, p.235).

A partir de tudo que discutimos até aqui, conseguimos entender que o edifício se tornou uma materialização da memória, pois além de objeto, torna-se também fonte. Buscaremos em sua materialidade vestígios dessas memórias, que encontrando a resistência do espaço, o transformaram.

LUGAR E SUA HISTÓRIA

3.1 O PATRIMÔNIO URBANO

3.2 A HISTÓRIA DO CAMPO DE SANTANA E IMEDIAÇÕES

Vista aérea do Campo de Santana e do quarteirão de estudo em primeiro plano com a fachada traseira do antigo Hospital de Pronto-Socorro (atual HMSA)
Fonte: Coleção Particular Oliveira Reis, S/D
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro



“

O passado não reconhece o seu lugar, está **sempre presente**.

Mário **Quintana**

O LUGAR E SUA HISTÓRIA

A produção da forma urbana é um processo contínuo e, ainda que seja possível caracterizar ou descrever uma cidade, ou uma parcela, ou uma determinada região, e um período preciso, para melhor compreendê-la não podemos negligenciar o estudo de períodos que condicionaram seu desenvolvimento e que literalmente lhe deram forma (Aymonimo, 1966 apud Panerai, 2006).

Por conta disso, o terceiro capítulo do nosso trabalho é voltado à compreensão das mudanças nas cartografias urbanas e do próprio complexo hospitalar, tentando entender os processos ocorridos desde a concepção da área no século XVIII aos dias atuais.

Antes de iniciarmos efetivamente a análise sobre o lugar, reconstituindo no palimpsesto as camadas de tempo, entendendo sua história e sua formação, se faz necessário entender a relevância do nosso objeto de estudo, seu valor social enquanto patrimônio e seu alargamento conceitual como patrimônio moderno urbano na cidade do Rio de Janeiro. Nossa intenção não é meramente trazer à tona todo o passado, mas fundamentar também o interesse pela cidade e sua construção.

3.1 O PATRIMÔNIO URBANO

Segundo Ana Amora (2010, p.5), "entre os anos de 1930 e 1960, no âmbito de

processos de modernização se construiu edificações públicas para atender as funcionalidades exigidas pelo aparelho estatal". Aproveitando o momento, arquitetos comprometidos com os ideais modernos experimentaram novas técnicas construtivas, métodos racionais de projeto e construção e linguagens plásticas (op. cit. p.7). As obras erigidas dentro desta concepção renovadora se tornaram significativas na cidade, entre elas os edifícios para a saúde, como o Hospital Souza Aguiar.

Entretanto, devemos entender o que é monumento e, para isso, recorremos a Riegl (1987, p.35), que irá nos falar: "no senso mais antigo e verdadeiramente original do termo", monumento é uma obra criada pela mão do homem com a intenção de conservar uma lembrança de maneira presente e viva na consciência das gerações futuras. Seguindo esse pensamento, Françoise Choay (1999, p. 17) ao indagar-se o que é monumento, responderá:

O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, ele próprio derivado de *monere* (advertir, recordar), o que interpela a memória. A natureza efetiva do destino é essencial: não se trata de fazer verificar, de fornecer uma informação neutra, mas de excitar, pela emoção, uma memória viva. (...) A especificidade do monumento prende-se então, preciosamente ao seu modo de ação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente.

De acordo com Françoise Choay (op. cit.), apoiada nos escritos de Alois Riegl, o monumento é uma criação deliberada cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata. Em contrapartida, o monumento histórico não é, desde o princípio,

desejado e criado como tal – ele é constituído a posteriori pelo olhar convergente do historiador e do historiador da arte. Qualquer objeto do passado pode ser convertido em monumento histórico, mesmo sem ter tido por sua essência e criação a finalidade de ser um memorial²⁸.

A partir disso, entende-se que a arquitetura moderna pode ter um caráter monumental, e conter ainda o espírito de sua época, de um momento de ruptura com os modelos tradicionais por meio de seus princípios edificados.

Assim,ais edifícios públicos modernos carregam consigo, as conquistas técnicas e e significados culturais da sociedade que os idealizou e construiu, assim como a forma que se inserem no tecido urbano, sendo um testemunho de cultura de projeto à época (Amora, 2019). E, dessa forma, é possível entendê-los como “aquilo que pode evocar o passado” e como algo que possa atuar para “perpetuar a recordação” (Le Goff, 1996, p. 535 apud Amora, 2010). A citação abaixo reafirma esta ideia:

Quando a arquitetura se torna um suporte da memória e a história dela se apropria, conferindo-lhe autenticidade, ela se torna um bem cultural elencado pelo patrimônio. Ao ser preservado, o bem se converte no registro dessa memória e como tal, portador de informação, um monumento-documento (Souza, 2015, p.25).

De acordo com Hartog²⁹ (2006, p. 266), o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam um e outro como vetores da identidade. Todavia, é essencial que entendamos esse alargamento do conceito de patrimônio ao longo do tempo e sua importância para a preservação do bem e o meio em que está inserido.

²⁸ No governo Vargas e em outros as edificações públicas são criadas como monumentos. Existe uma revisão dessa afirmação no projeto do CNPQ de minha orientadora Ana Amora, intitulado “Monumentalidades e Modernidades um olhar sobre o contexto do projeto arquitetônico moderno e a cidade – Rio de Janeiro anos de 1930 e 1960”.

²⁹ François Hartog (1946) é um historiador francês especializado em Historiografia Grega, Romana e Moderna. Professor da Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais (EHESS), na França.

Poderíamos pensar que só a partir dos anos 1960, de fato, passou-se a discutir essa integração da percepção da relação entre monumento e cidade, abrangendo não somente o entorno do edifício, mas também todo o contexto urbano, unindo a paisagem natural a seus aspectos culturais. Entretanto, Françoise Choay (1999, p. 210) confere a Gustavo Giovannoni (1873-1947) a posição de o principal antecessor dessa abordagem no seu artigo "Vechie città ed edilizia nuova" de 1913³⁰. Diz a autora:

Em seguida, o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício singular no exterior do contexto edificado no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, a sua envolvente, resulta dessa dialética entre a arquitetura maior e o que a rodeia. É por isso que isolar ou libertar um monumento acaba por significar, a maior parte das vezes, mutilá-lo. As imediações do monumento estão envolvidas com ele numa relação essencial (op. cit. p. 211).

Os ensinamentos de Giovannoni foram incorporados em uma das primeiras cartas patrimoniais, a Carta de Atenas (1931). Entretanto, a ideia de patrimônio urbano só iria efetivamente se difundir a partir da Carta de Veneza, em 1964. Dessa forma, ocorreram tentativas de se incluir a preservação de áreas urbanas no âmbito do planejamento urbano, tanto na França, como na Itália e, mais tarde, no Brasil. Cada vez mais, essa estratégia passou a ser recomendada nas cartas patrimoniais, como podemos ver a partir da Norma de Quito³¹, em 1967 e, no ano seguinte, na Recomendação de Paris³², e, aqui no Brasil, com o Compromisso de Salvador³³ e com o Compromisso de Brasília³⁴.

Já a Carta de Burra³⁵, apesar de não utilizar o termo patrimônio urbano, o faz

³⁰ O mesmo título do artigo foi também utilizado no seu livro de 1931.

³¹ A "Norma de Quito" (1967), é um documento da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nesta carta, recomenda-se que os planos de valorização monumental devem ser vistos juntamente com planos de desenvolvimento nacional.

³² "Recomendação de Paris" (1968), atenta para que os planos de urbanização tenham em consideração a preservação dos monumentos.

³³ "Compromisso de Salvador" (1972), trata o patrimônio urbano ainda sob o conceito de ambiência.

³⁴ "Compromisso de Brasília" (1970), assinada por Lucio Costa (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL).

³⁵ "Carta de Burra" (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 1980).

indiretamente ao definir o que é um bem. Diz o texto:

Ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence". E acrescenta: "[...] o termo significação cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras (International Council On Monuments And Sites, 1980, p.1 apud Inoue, 2017).

É somente a partir da Carta de Washington³⁶ que teremos cartas específicas sobre patrimônio urbano. Este documento retoma os princípios e objetivos da Carta de Veneza (1964), reforçando que para a eficácia da preservação das cidades e bairros históricos, se faz necessária a conexão da área do patrimônio com as políticas de desenvolvimento econômico e social, além de considerá-la como parte dos planos urbanos e de planejamento territorial. Neste sentido, no contexto brasileiro, é criada a Carta de Petrópolis³⁷, que assim define o conceito de Sítio Urbano Histórico:

(...) parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1987, p.1).

³⁶ "Carta de Washington" (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 1987).

³⁷ "Carta de Petrópolis" de 1987, resultado do 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização dos Centros Históricos.

Deste modo, concomitante à tentativa de se unir a preservação de áreas

urbanas no âmbito do planejamento urbano, foram incluídas questões sociais e de natureza imaterial na salvaguarda do patrimônio, com o crescimento da preocupação com o ambiente natural (Inoue, 2017).

Quando pensamos em termos de patrimônio ambiental urbano, não pensamos apenas na edificação, no monumento isolado, testemunho de um momento singular do passado, mas inicialmente, perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, e como o ambiente urbano é fruto dessas relações (Castriota, 2009).

A criação do Corredor Cultural (1983) e da APAC da Cruz Vermelha (1992) repercutem esse pensamento da relação do edifício com o patrimônio da cidade, além de afirmarem a intenção de revitalizar as áreas centrais do Rio de Janeiro, conservando seletivamente parte de sua história. Ironicamente a criação desses espaços corrobora as afirmações de Hartog (2006, p. 268), que sentencia:

Uma manifestação urbana da incidência do tema do patrimônio e destes jogos do tempo se observou nas políticas de reabilitação, renovação e revitalização dos centros urbanos. Deseja-se museificar, mas mantendo vivo, ou melhor, revitalizar reabilitando. Ter um museu, mas sem o fechamento do museu: aqui ainda, um museu “fora dos muros”? Um museu propriamente de sociedade, senão um museu social. É claro, este projeto implicava, ultrapassando a noção de monumento histórico, a tomada de consciência de que a proteção do patrimônio devia se conceber como um projeto urbano de conjunto.

A partir do entendimento dos conceitos de monumento e patrimônio urbano, construídos ao longo do tempo, conseguimos afirmar a importância e

e colocar no centro dessa discussão o HMSA na atualidade, seu papel como monumento e como a presença social do Estado na região central da cidade do Rio de Janeiro.

O HMSA é um documento de como fazer arquitetura moderna para saúde, conferindo assim seu valor como parte do patrimônio urbano da região, se impondo (como arquitetura moderna) aos bens preservados pelo Corredor Cultural e APAC da Cruz Vermelha, e aos edifícios tombados por várias instâncias que se encontram no seu entorno.

3.2 A HISTÓRIA DO CAMPO DE SANTANA E IMEDIAÇÕES

Aqui reconstruiremos a história e as mudanças ocorridas na cidade de forma a entender a morfologia e a composição interna da chamada Ilha de Saúde (Amora et al., 2023), onde está inserido o Complexo Hospitalar Souza Aguiar.

A história de formação e ocupação do quarteirão que hoje abriga o HMSA está diretamente ligada aos primórdios da Cidade do Rio de Janeiro e ao Campo de Santana, que é o nosso ponto de partida. A partir dele, contamos os fatos históricos, revivemos memórias, destacamos os principais marcos da região e marcamos a evolução e crescimento da cidade tal como conhecemos atualmente.

Inicialmente, vale destacar que podemos tratar o Campo de Santana como um lugar de disputa de memórias e narrativas. Existe um conflito perceptível nas mudanças de nomes ao longo do tempo, que parecem acompanhar os fatos

históricos mais marcantes. O nome Praça da República que se estende também à rua frontal ao nosso quarteirão de estudo, faz clara alusão ao período republicano, em contraposição aos períodos colonial e imperial (Vernin, 2021). Embora não haja registros memoriais no espaço do Campo que o relacione ao termo “Santana”, a perpetuação desse nome se dá pela memória oral atrelada ao nome e sua relação com a antiga capela de Santana que ali existia.

Vale ressaltar, ainda, que além dessa disputa de topônimos³⁸, existiu uma disputa territorial pela memória quando em 1943 o parque foi destombado pelo mesmo governo que o tombara anteriormente em 1938, com o intuito de passar uma avenida que “materializaria um lugar de memória no espaço da cidade com o nome do presidente Vargas” (Vernin, 2021, p. 23). O destombamento fez com que o Campo de Santana perdesse 20% de sua área para a passagem da Avenida Presidente Vargas.

Atualmente, este campo verde tão vasto, cheio de animais e de respiro na área central da cidade, utilizado para passagem, como ocupação de pessoas em condição de rua ou por trabalhadores que descansam, dormem ou comem nos seus bancos em meio a natureza, já foi palanque de diversos acontecimentos históricos da política brasileira.

De acordo com Vivaldo Coaracy (1988), o nome original da área onde hoje se encontra o Campo de Santana era Campo da Cidade. No início do século XVIII, essa área abrangia toda a zona entre o limite do centro urbano, na Rua da Vala (atual Uruguaiana), e o Mangal de São Diogo (Cidade Nova). Na verdade, era um extenso areal desabitado, repleto de charcos entre vegetação rasteira típica de restinga, com muitos cajueiros e pitangueiras (figura 05). Uma pequena estrada cortava esse

³⁸ De acordo com o Dicionário Oxford, topônimo é o nome geográfico próprio de região, cidade, vila, povoação, lugar, rio, logradouro público etc. / origem de um nome geográfico.



Figura 5: Análise comparativa entre a figura de Nicolle Jr. Edward do Antigo Campo da Cidade por volta de 1840 e a mesma vista atualmente a partir do Google Earth, 2025.

Fonte: Acima, imagem retirada de Andreatta (2006, p. 95). Vista produzida a partir do Morro de Santa Teresa. Embaixo, vista reproduzida pelo Google Earth com a finalidade de mostrar a mudança e crescimento da cidade. Edições produzidas pelo autor. 2025.

areal, levando à Fazenda dos Jesuítas, que correspondia aos atuais bairros da Tijuca, São Cristóvão, Vila Isabel, Maracanã, Grajaú e Engenho Novo. Esse caminho primitivo era chamado de Caminho de Capueruçu, pois contornava a lagoa de mesmo nome (também conhecida como Sentinela), nas proximidades da atual Rua Frei Caneca, na altura das ruas Riachuelo e Mem de Sá. Na [figura 06](#) podemos

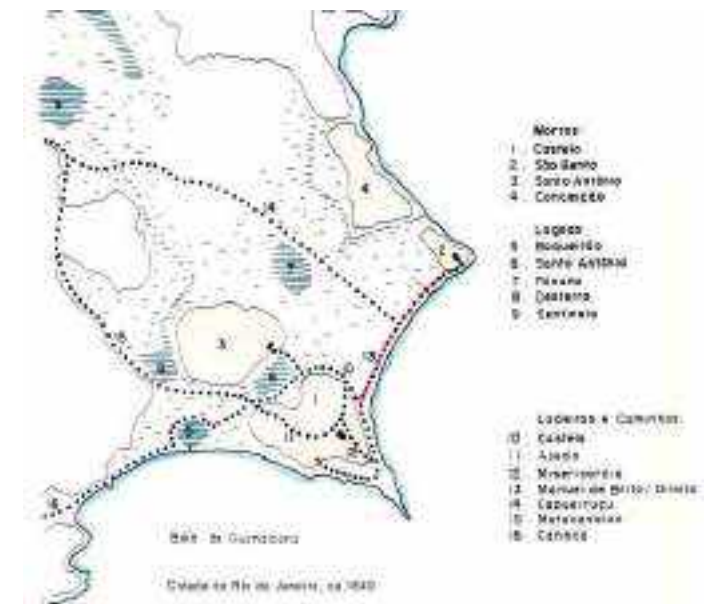


Figura 6: Esquema gráfico da Cidade do Rio de Janeiro, por volta de 1640. O pontilhado pintado em rosa (13) representa a rua Direita, atual 1ª de Março.

Fonte: Esquema Gráfico de RF Pereira - acervo particular. Imagem retirada do site Rio Memórias, disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/a-terceira-colina-sao-bento/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2025.

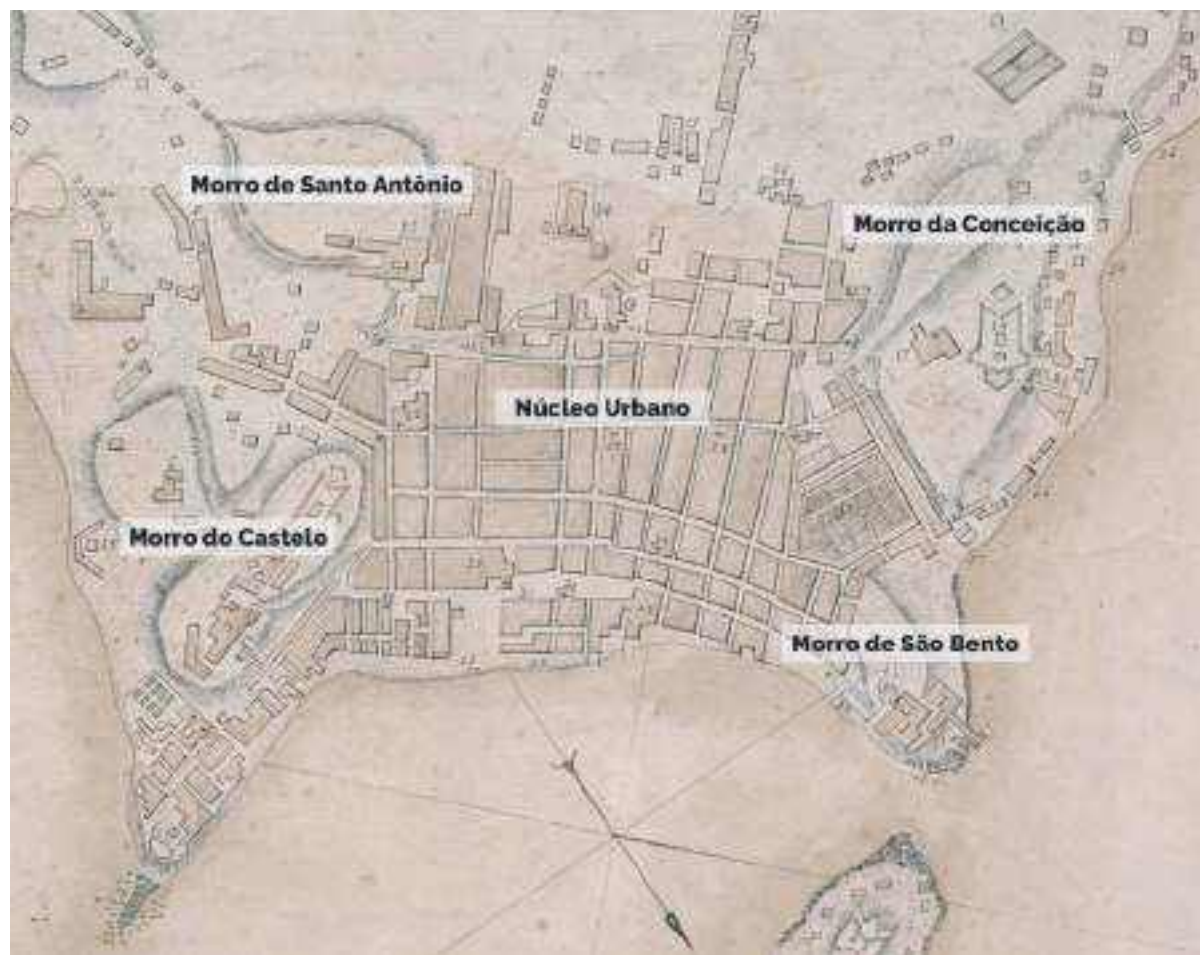


Figura 7: Planta da cidade, parte do Prospecto da Cidade de Luís dos Santos Vilhena, 1775. Com indicação dos quatro morros que delimitavam o núcleo urbano antigo.

Fonte: Divisão de Cartografia / Fundação Biblioteca Nacional. Indicações criadas pelo autor. Editado pelo autor. 2025.

observar esse caminho e demais vias características da cidade nesse período.

Vale abrir uma ressalva aqui para ressaltar que a cidade do Rio de Janeiro no início do século XVIII era limitada pelos Morros do Castelo, São Bento, Conceição e Santo Antônio (figuras 07 e 08). O desenvolvimento da urbe, até então, seguia a forma de ocupação tradicional portuguesa de respeitar a topografia natural do terreno, tanto por segurança, quanto por economia (Vernin, 2021).

Voltando ao contexto do Campo em si, o local era menosprezado. Conforme se comentava na época, apenas aqueles considerados "desprezados pela raça ou religião", como judeus, exilados, negros, entre outros, viviam ou frequentavam a área. Os ciganos, por exemplo, enviados de Portugal por ordem de D. João V, instalaram suas tendas após o Rocio Grande (atual Praça Tiradentes), em direção ao manguezal. Nesse sentido, podemos constatar a desvalorização dessa área da



Figura 8: Vista frontal da Cidade do Rio de Janeiro, parte do Prospecto da Cidade de Luís dos Santos Vilhena, 1775.

Fonte: Divisão de Cartografia / Fundação Biblioteca Nacional. Indicações criadas pelo autor. 2025.



Figura 9: O Campo e a Igreja de Santana.

Fonte: Acima, imagem retirada de Andreatta (2006, p. 95). Vista produzida a partir do Morro de Santa Teresa. Embaixo, vista reproduzida pelo Google Earth com a finalidade de mostrar a mudança e crescimento da cidade. Edições produzidas pelo autor. 2025.

³⁹ A atual Rua da Uruguaiana insere-se no velho tecido da cidade, onde por muitos anos foi seu limite. Isso ocorreu durante os longos anos da pequena povoação entre os quatro morros já citados anteriormente. No princípio do século XVIII, uma muralha fora planejada para ser ali, para defender a cidade das investidas corsárias, marcando o limite entre a cidade e o campo. Como muitos outros planos, a muralha não chegou a avançar. Também foi ali a vala que drenava as águas da velha lagoa na hoje praça da Carioca, tentando secar com muito custo a região pantanosa. Por isso, chamou-se Rua da Vala.

⁴⁰ A denominação da área sofreu muitas mudanças. Com a aclamação de D. Pedro, em 1822, como Imperador do Brasil passou a ser chamado Campo da Aclamação. Recebeu ainda outros nomes como: Campo de Honra, Campo da Redenção e Campo da Liberdade.

cidade pelo número de irmandades de pessoas escravizadas ou libertas fora dos limites da Rua da Vala³⁹ bem como pela falta de arruamento e condições básicas e salubridade.

Logo no começo do século XVIII, a Irmandade de São Domingos, formada por pretos, obteve um terreno na área em que hoje está a avenida Presidente Vargas, à altura da Avenida Passos, para construir uma igreja. Como esse era o edifício mais distante após a Rua da Vala, o Campo da Cidade passou a ser conhecido como Campo de São Domingos, em função da denominação do santuário (Coaracy, 1988).

O crescimento e desenvolvimento da cidade nessa direção do Campo se fazia de forma lenta e gradual. A Capela de São Domingos se consagrava como a edificação mais avançada nesta área da cidade, que em 1710, recebeu a Irmandade de Santana. Entretanto, de acordo com Coaracy (1988), por questão de disputa de ordem e espaço, os negros africanos da Ordem de São Domingos desentenderam-se com os escravizados negros nascidos na colônia e devotos de Santana que começaram a guardar uma imagem da Mãe de Maria no mesmo templo. Para apartar a briga e por não terem mais onde ficar, em 1735 foi concedida uma parcela da área do Campo de São Domingos para a construção da capela em honra e devoção à Sant'ana - lugar onde hoje se encontra a Estação Central do Brasil (figura 09). Neste momento o Campo recebe um novo nome e que perdura socialmente até os dias atuais, como Campo de Santana⁴⁰.

Na primeira metade do século XVIII, o Rio de Janeiro tornou-se o porto oficial de exportação de metais e pedras preciosas do estado de Minas Gerais. Como resultado, a cidade começou a crescer mais rapidamente, criando vetores de

expansão, inclusive em áreas no entorno do Campo de Santana. Entretanto, com o crescimento da população urbana aumentou o uso do local como depósito de lixo e escoamento de esgoto.

Com relação a esse fato, Vernin (2021, p. 25) aponta que o delineamento da paisagem se deu "por pequenas casas baixas e modestas vizinhas à área destinada ao despejo de detritos dos habitantes da cidade". Já Coaracy (1988, p. 145) assinala que, por ser uma área distante do centro da cidade, o poder público (a Câmara Municipal, que ainda detinha o poder executivo na época) ordenou a abertura de "grandes fossas ou valas" no Campo de Santana, onde "tigres" (escravizados responsáveis pelo transporte de detritos humanos e outros) "despejavam barris de lixo repugnante".

As condições fétidas e insalubres do local não mudaram até a última década do século XVIII, quando o governador D. José Luís de Castro (segundo Conde de Rezende) ordenou a limpeza da área, o que incluiu a drenagem e o aterramento do terreno. O local ao redor também foi pavimentado e terras públicas foram divididas em novos sítios. Essas medidas permitiram a integração do Campo de Santana ao espaço da cidade e a construção de edifícios mais abastados ao seu redor. Na [figura 10](#) à seguir, referente a uma planta da cidade de 1808, é possível perceber a expansão da cidade até o Campo.

Ao analisarmos comparativamente as figuras 07 e 10 (páginas 49 e 52 respectivamente), referentes aos primeiros mapas da cidade de 1775 e 1808, colocadas anteriormente, não entendi é possível observar a expansão da cidade em direção a área do mangal, atravessando os morros. Enquanto na primeira imagem percebemos a cidade contida ao litoral, na segunda percebemos seu

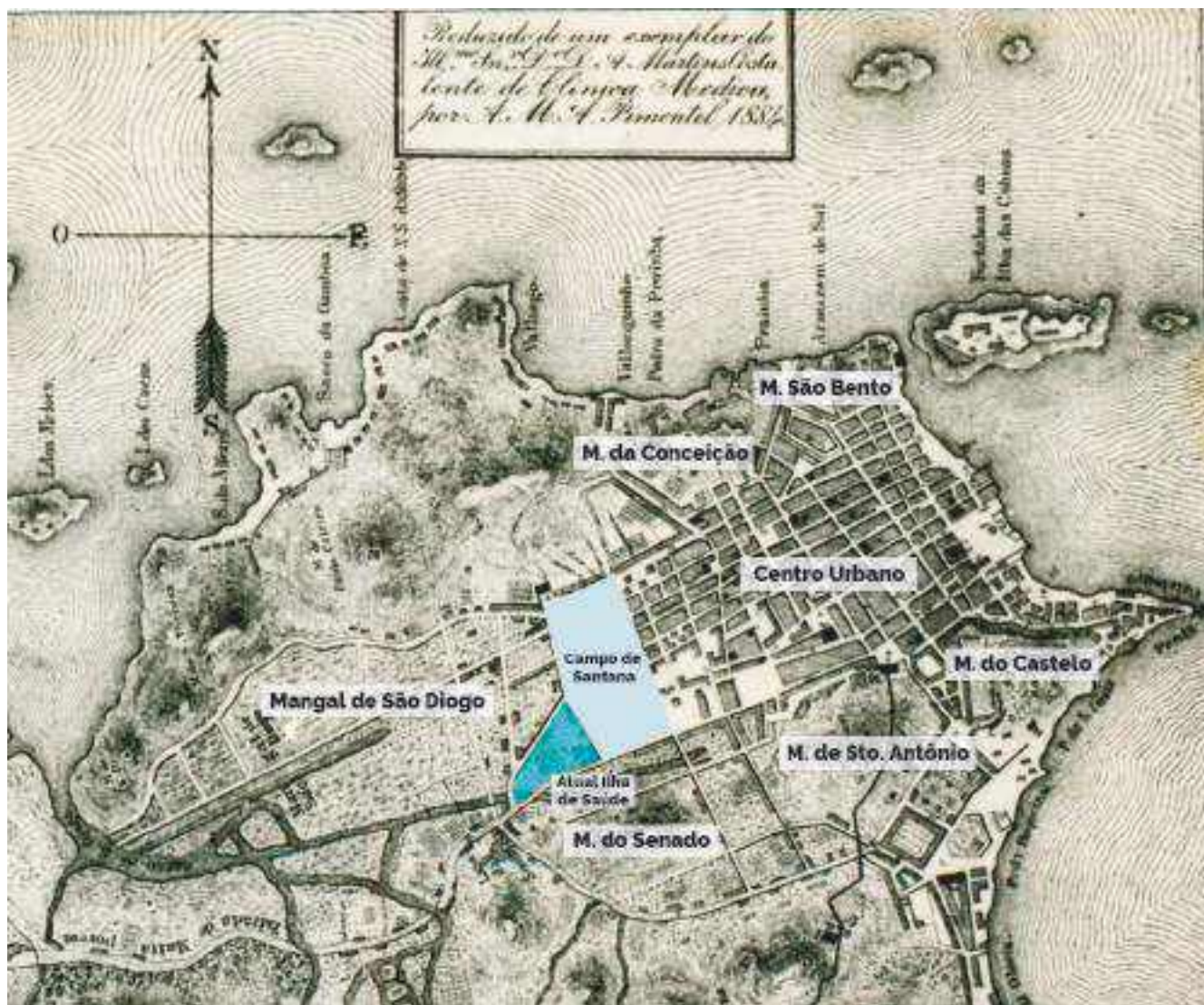


Figura 10: Planta da Cidade do Rio de Janeiro, levantada por ordem do Príncipe Regente, 1808.

Fonte: Divisão de Cartografia / Fundação Biblioteca Nacional. Edições produzidas pelo autor. 2025.

seu crescimento e a criação de novas áreas loteadas e urbanizadas. Nesse segundo momento é que surge o Campo de Santana e os bairros ao seu redor. É possível, ainda, observar que o nosso bairro de estudo destacado de azul, é o limite da cidade nesse segundo momento.

Um acontecimento popular que marcava a época e era vivo na memória coletiva, era a Festa do Divino, promovida pela Irmandade de Santana, importante festividade do catolicismo e de ampla participação popular que contava com a presença de vice-reis e se alongava de maio a julho. O saneamento proposto pelo Conde de Rezende teve impacto significativo no desenvolvimento e ocupação da área, bem como no crescimento da festa. De acordo com Coaracy (1988, p. 150) "tudo isto entrou em declínio pouco tempo depois da chegada da Família Real".

No começo do século XIX, marcando o início do Período Joanino (1808 - 1821) na história de nosso país, a Corte Portuguesa



Figura 11: O Chafariz das Lavadeiras, em 1835.

Fonte: Gravura de W. Loeillot, in: Saudades do Rio de Janeiro, detalhe. BN Digital, domínio público.

deixa Portugal fugindo das invasões de Napoleão em seu território e vem para o Brasil. Neste momento o Rio de Janeiro tornou-se a capital do império português. A transferência da família real para o Rio de Janeiro representou um novo significado para o Campo de Santana, ganhando novas benfeitorias. O príncipe-regente João ordenou a construção ali de uma fonte, essencial para o abastecimento de água e para a obtenção de renda aos carregadores de água e lavadeiras (figura 11). Esse local de abastecimento trouxe uma grande interação social para o Campo, reunindo trabalhadoras, vendedores de água, escravizados carregadores e reforçou mais ainda o caráter de espaço de interação popular (Vernin, 2021). É possível observar neste detalhe da Planta da Cidade de 1820 as mudanças na área (figura 12).

Coaracy (1988, p. 150) escreve que com o “(..) êxodo da Corte Portuguesa vieram alguns regimentos de tropa de linha para aumentar a guarnição da cidade, que entretanto, não tinha acomodações para alojá-los”. Segundo Leithold e Rango (1966), em seus relatos memoriais de 1819, as guarnições não passavam de 1500 homens brancos e de um terço de negros livres, cujo oficiais eram negros. Com o saneamento e aterramento do vasto Campo de Santana, o local se tornou o cenário ideal e apropriado para os exercícios e manobras militares, sendo também escolhido como sede do quartel-general da Legião em sua porção norte (localizado no local onde hoje está situado o Palácio dos Duque de Caxias).

Foi no Campo que uma multidão entusiasmada, guiada pelo toque dos sinos da igreja, aclamou Pedro I como imperador do novo país em outubro de 1822⁴¹. O local da cerimônia de aclamação (figura 13) não foi escolhido ao acaso, já que desde as melhorias realizadas no final do século XVIII, ele foi palco das festas mais

⁴¹ Ocorreu um mês após o chamado “grito do Ipiranga” ocorrido em 7 de setembro.

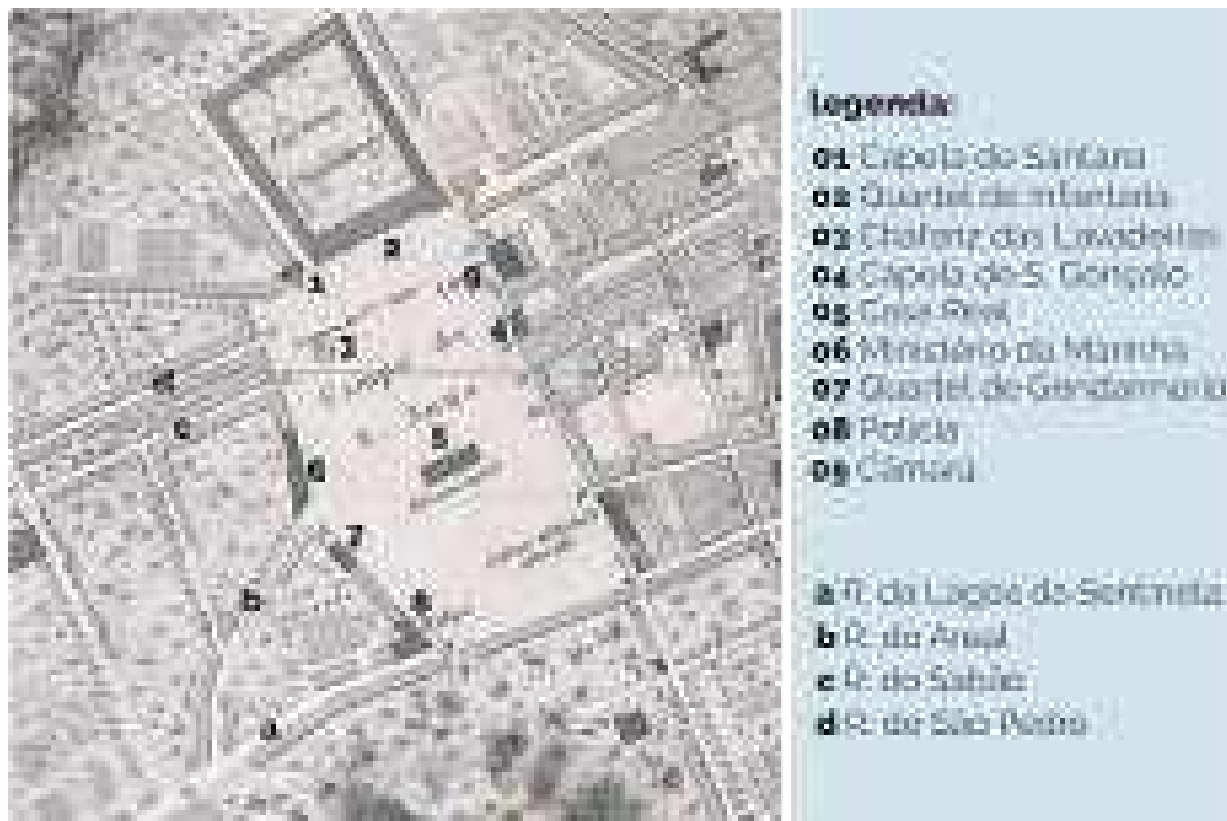


Figura 12: Detalhe da área do Campo de Santana e arredores imediatos, retirado da Planta da Cidade de 1820.

Fonte: Ilustração de Jacques de Arago. Arquivo Nacional, inventário OR 2126 Bib pl 3.



Figura 13: Aclamação de D. Pedro I

Fonte: Gravura de Jean-Baptiste Debret. BN Digital, domínio público. A gravura da aclamação faz parte da obra 'Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil'.

⁴¹ Curro refere-se a curral, ou cercado para touros.

populares da cidade, a começar pelas comemorações da Festa do Divino, mencionada antes.

Anteriormente, em 1818, no Campo de Santana, realizaram-se grandes festas para assinalar o casamento de D. Pedro e D. Leopoldina e para aclamar D. João como Rei de Portugal, do Brasil e Algarves. Para o evento, fora construído um imponente curral / picadeiro (visto na figura 14) para sediar touradas e cavalgadas, parte nobre das festas populares tradicionalmente promovidas pela família real portuguesa.

De acordo com Leithold e Rango (1966), em seus relatos memoriais de 1819, tal espetáculo foi uma mera imitação das touradas espanholas e juntava todo tipo de gente, com camarotes (mesmo caríssimos) e arquibancadas lotadas. Por conta desses fatos o Campo de Santana ficou assim conhecido como Praça do Curro⁴¹ (figura 14) até 1822, período em que foi demolida a praça de touros e passou a se chamar Campo da Aclamação.

Embora a população tenha comemorado a proclamação do príncipe D. Pedro como o primeiro imperador do país, foi exatamente nesse mesmo local que, em 1831, ocorreu uma rebelião contra a

sua pessoa, pouco antes de sua abdicação. Por causa desse episódio, o nome do lugar foi alterado para Campo da Honra.

Já em 1841, durante as celebrações populares pela coroação de D. Pedro II, por ordem do jovem imperador, o campo voltou a ser chamado Campo da Aclamação. Segundo Sisson (2008), nessa época o local já era considerado um dos centros de poder do Brasil monárquico. Como já citado, desde a chegada da família real ao Rio de Janeiro, essa área da urbe recebeu várias melhorias, como a instalação de um chafariz para abastecimento de água e o aterro do Mangal de São Diogo, onde foi criado um novo caminho para chegar até São Cristóvão. Desde então, o Campo de Santana começou a se tornar um lugar importante, servindo como uma conexão entre a cidade e o Palácio da Quinta da Boa Vista.

Não foi à toa a escolha do lugar para abrigar a estação central da Estrada de Ferro D. Pedro II (atual Estação Central do Brasil), inaugurada em 1858 (figura 15 e 16 com edifício atual). A chamada Estação do Campo foi erguida no lugar da Igreja de Santana (reconstruída na Rua das Flores, atual Rua de Santana⁴²). A linha férrea que chegou em 1870 a apenas sete estações, veio a ter uma importância fundamental para a

Figura 14: O Campo de Santana com a “praça de touros” no meio, em 1822.

Fonte: Autor desconhecido. In: A Paisagem do Rio de Janeiro: aquarelas, desenhos e gravuras dos artistas viajantes 1790-1890. Domínio público.





Figura 15: Estação Pedro II no Campo em meados do século XIX.

Fonte: Litografia: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Figura 16: Prédio atual da Estação Central do Brasil.

Fonte: Foto do autor, 2025.

⁴² Foi construída uma nova igreja maior e com características arquitetônicas bem diferentes da igreja anterior que foi demolida.

⁴³ Auguste François Marie Glazou (1828 - 1906) foi engenheiro civil e botânico formado pelo Museu de História Natural de Paris, tendo aprofundando seus estudos em agricultura e horticultura.

ocupação do subúrbio. Lembrando que a real intenção de tamanha infraestrutura era a conexão com Estados de São Paulo e Minas.

Após o término da Guerra do Paraguai em 1870, a Coroa Brasileira promoveu grandes celebrações no Campo da Aclamação. Durante esse período, D. Pedro II designou o paisagista francês Auguste Glazou⁴³ para o cargo de Diretor de Parques e Jardins da residência imperial. Ele executou um antigo projeto de ornamentação do campo, erguendo jardins românticos, rios, cascatas, pontes e grutas (figuras 17 e 18).

Um acontecimento marcante no local foi a Proclamação da República (figura 19), que já vinha sendo ensejada por vários grupos sociais, inclusive abolicionistas antes do decreto que aboliu a escravidão. A abolição do regime escravagista veio a desgastar ainda mais o Império, e trazer as classes sociais mais abastadas e ligadas à terra para a pauta republicana. Assim, no amanhecer do dia 15 de novembro de 1889, setores militares insatisfeitos marcharam em direção ao quartel-general. Ao ser informado sobre a movimentação, Deodoro, com grande influência sobre as tropas, se levantou e partiu em direção aos revoltosos. Devido à ausência de oposição, a República já havia sido estabelecida pelo final da tarde.

Em função desse fato relatado, o Campo da Aclamação foi posteriormente renomeado como Praça da República. Entretanto, mesmo com as inúmeras denominações e mudanças ao longo do tempo, o local que testemunhou o triunfo do Império e a Proclamação da República sempre foi referido como Campo de Santana pela população, em alusão à antiga igreja da santa mãe de Nossa Senhora, que fora demolida.

A luta republicana para capitalizar o fato como memória somou-se ao rápido



Figura 18 Vista superior do projeto de Glaziou para o Campo de Santana, 1880.

Fonte: Ferrez, Marc. 1880 circa. Coleção D. Teresa Cristina Maria – Biblioteca Nacional



Figura 17 Planta mais antiga do projeto de Glaziou para o Campo de Santana, sem data.

Fonte: Arquivo Técnico da Fundação Parques e Jardins da Cidade do Rio de Janeiro.



Figura 19: Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Óleo sobre tela.

Fonte: Benedito Calixto, 1893 – Pinacoteca do Estado de São Paulo.

⁴⁴ Com a modernização do Porto, haveria melhorias na exportação e importação de produtos e simbolicamente demonstraria a potência do Brasil pro mundo. Isso atrairia investimentos, mão de obra estrangeira e qualificada para as plantações e consequentemente o embranquecimento da população.

⁴⁵ Francisco Pereira Passos (1836 - 1913) foi um engenheiro e político brasileiro. Foi Prefeito do então Distrito Federal entre 1902 e 1906 e comandou diversas intervenções urbanas durante sua gestão.

⁴⁶ Oswaldo Gonçalves Cruz (1872 - 1917), um dos mais importantes médicos sanitários na história e desenvolvimento do Brasil.

⁴⁷ Por conta da imposição de vacinação ocorreram diversas indignações, acarretando no que chamamos de Revolta da Vacina.

crescimento da economia brasileira por conta da inserção do café no mercado internacional, e exigiu uma nova organização do espaço da cidade. Se tornou muito importante neste momento que a Capital da República estivesse no mesmo “padrão civilizatório” em que estavam os parceiros comerciais, principalmente europeus.

No período da Primeira República (1889 a 1930) ocorreu ainda a modernização do porto⁴⁴, criação de grandes vias urbanas como a Avenida Central, Av. Beira Mar, Av. Francisco Bicalho e Rodrigues Alves. Além disso, diversas ruas no centro da cidade foram alinhadas e alargadas, bem como tiveram seus nomes relacionados ao Império ou ao regime escravocrata mudados para atender a necessidade simbólica de valorização de fatos e personagens da nascente república (Vernin, 2021).

As mudanças foram além dos espaços públicos e na materialidade da cidade, e chegaram aos costumes e à própria saúde da população. Pereira⁴⁵ Passos⁴⁴ e Oswaldo Cruz⁴⁶ montaram uma verdadeira cruzada higienista e sanitária pautada na ciência da época e que acabou por afetar diretamente as camadas mais pobres e marginalizadas da cidade⁴⁷.

No período da Reforma Passos, o Campo de Santana já tinha o projeto de Glaziou consolidado. Com esse projeto que consistiu numa construção paisagística com um traçado sinuoso e árvores plantadas harmonizando ainda as espécies nativas com espécies europeias, além da inserção de elementos que imitavam a natureza: pedras, troncos, grutas, lagos e cascatas artificiais. No projeto, o contraste entre áreas claras e sombreadas e os percursos formados nas linhas curvas permitem o encontro com o inesperado. O espaço se articulou à modernização da



Figura 20: Sobreposição de imagens com a finalidade de mostrar a Av. Presidente Vargas atravessando a área do Campo de Santana.

Fonte: Andreatta (2006, p. 64)

Figura 21: Esquema do Plano de Beaurepaire de 1843..

Fonte: Andreatta (2006, p. 55)



48 Getúlio Dornelles Vargas (1882 - 1954) foi presidente brasileiro, líder da Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha.

49 O primeiro governo de Vargas, 1930/1945, teve várias fases: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945).

cidade. Essa concepção disciplinada do convívio social no espaço da cidade se diferencia do uso do local da época de colônia e da monarquia, quando se incentivava seu uso ostensivo por toda a comunidade e sem um ordenamento.

Nos anos de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas⁴⁸ ao poder, até 1945 com a sua deposição, se estabeleceu um governo nacionalista e modernizador⁴⁹. Opondo-se à República Velha foi iniciado um processo de centralização política e de construção de uma nova nação pautada em diversas reformas na educação, na saúde de forma geral.

Em 1944, o Campo de Santana sofreu mais uma alteração por conta da passagem da Avenida Presidente Vargas. Sua abertura estava relacionada à ligação da Candelária à Avenida do Mangue na Cidade Nova, facilitando o acesso à São Cristóvão.

Ironicamente o mesmo governo que criou o Serviço de Patrimônio Histórico Nacional com a competência de tombamento e preservação de bens, destombou a área do Campo e permitiu sua mutilação (figura 20). Bem como parte do Campo, diversas edificações com valor histórico foram destruídas, apagando memórias de um Rio que não se vê mais, bem como deslocando as populações que viviam no local, sobretudo, ex escravizados e imigrantes pobres.

Até esse período, a cidade já havia passado por diversas reformas e planos urbanísticos (figuras 21, 22 e 23) e ainda passaria por tantos outros que não nos estenderemos aqui. Voltando ao Campo em si, após tais mudanças o terreno não voltou a sofrer impactos drásticos ou descaracterização por ações de Governo diretamente, a não ser por ações de conservação e preservação, como com a criação do Corredor Cultural e da APAC da Cruz Vermelha, com a finalidade de

salvaguardar sua memória e dos imóveis ao seu redor. As únicas mudanças que podemos identificar, ocorrem diretamente no quarteirão em que estamos estudando, e que analisaremos no próximo subcapítulo.



Figura 22: Esquema do Plano da Comissão de Melhoramentos de 1875 e 1876.

Fonte: Andreatta (2006, p. 57).



Figura 23: Esquema do Plano Pereira Passos de 1905.

Fonte: Andreatta (2006, p. 59).

3.3 O LUGAR

De acordo com Lamas (2003), a definição de quarteirão pode ser baseada tanto na forma construída, quanto no processo de traçado e divisão fundiária. É um conjunto de edificações agrupadas entre si em anel ou em um sistema fechado e

separado dos demais, é o espaço delimitado pelo cruzamento de três ou mais vias em parcelas de cadastro (lotes) para a construção de edifícios.

O levantamento histórico até aqui realizado contribui para entender que a forma e a ocupação atuais do quarteirão da chamada Ilha da Saúde exibem camadas de tempo sobrepostas, sendo a soma de ações de agentes, sujeitos ou grupos, que atuam na modificação do espaço, como nos diz Roberto Lobato Corrêa (2004). Segundo o autor, o espaço urbano é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e criadas por esses agentes que o produzem e consomem.

De acordo com Lepetit (2016, p. 177) "a cidade não dissocia: ao contrário, faz convergirem num mesmo tempo e espaço, os fragmentos de espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado". A cidade é feita de cruzamentos e as estruturas temporais devem ser uma questão de grande relevância no entendimento do planejamento urbano. É necessário uma complexa articulação entre tempo e espaço (Lepetit, 2016).

Ao analisarmos o passado, conseguimos reconstituir por meio de documentos esses fragmentos, adquirimos a habilidade de ressignificar tudo que presenciamos no presente.

Quanto a isso, Abreu (1996, p. 23) nos fala:

Sem termos a pretensão de recuperar o passado tal qual ele aconteceu, que já vimos ser um objetivo impossível de alcançar, conseguiremos com esse esforço adquirir as ferramentas necessárias para que possamos analisar os processos e normas sociais então atuantes, detectar as contradições então presentes, enfim, contextualizar as formas morfológicas então produzidas pela



Figura 24: Planta da Cidade do Rio de Janeiro, levantada por ordem do Príncipe Regente, 1820.

Fonte: Ilustração de Jacques de Arago. Arquivo Nacional, inventário OR 2126 Bib pl 3.

50 De acordo com Lamas (2003), a definição de quarteirão pode ser baseada tanto na forma construída, quanto no processo de traçado e divisão fundiária. É um conjunto de edificações agrupadas entre si em anel ou em um sistema fechado e separado dos demais, é o espaço delimitado pelo cruzamento de três ou mais vias em parcelas de cadastro (lotes) para a construção de edifícios.

51 O termo "miolo" aqui está associado ao interior do quarteirão, sua parte central. Mais à frente o termo "face" do quarteirão diz respeito aos lados do quarteirão, limites com as ruas.

sociedade e a relação que elas tiveram com as normas e com os processos sociais que lhes deram origem.

Nesta parte do trabalho, pretendemos destrinchar o quarteirão⁵⁰, entender sua composição ao longo do tempo, as mudanças que ocorreram em seu interior o tornando tão contrastante em uma área de preservação, concentrando edificações monumentais modernas em meio a região "dominada por seus sobrados ecléticos do século XX", como é citado no Guia das APACs - Cruz Vermelha (2012, p. 6).

Sem ignorar as Plantas Gerais da Cidade que levantamos anteriormente, conseguimos entender que o nosso quarteirão sempre teve uma relação direta com o Campo de Santana e sua morfologia sempre esteve atrelada aos limites dos caminhos antigos, como a Rua do Areal (atual Moncorvo Filho) e a Rua da Lagoa da Sentinela (atual Rua Frei Caneca) e ao limite do Campo, bem como sua ocupação sempre se estendeu aos seus limites ocupados majoritariamente por edificações públicas voltadas à praça e aos fundos por sobrados, com seu miolo⁵¹ vazio de edificações, sendo ocupado por plantações (como exemplo disto que estamos falando, temos a figura abaixo, um recorte da Planta Geral da Cidade de 1820).

Essa imagem nos dá alguns indícios de como a forma atual tem impactos que até hoje são reproduzidos em sua configuração, como o uso do solo em grande parte por equipamentos de infraestrutura pública, ocupação das faces de frente para as ruas e miolo do quarteirão composto por vazios ou por edificações menos adensadas em relação às suas faces (nas bordas do quarteirão).

Apesar de atualmente ser uma Área de Preservação, é possível reconhecer a presença de edificações antigas, a despeito do desaparecimento de outras, pelo

abandono e/ou pela ação do tempo. Entretanto, isso nem sempre foi assim.

Analisaremos a seguir as mudanças que ocorreram ao longo do tempo. Para isso, a nossa metodologia de análise tem como suportes o uso de cartografia e fotografias atuais e de época, consultas a alguns processos de urbanização e levantamentos efetuados no local que nos auxiliaram na produção de documentos. Além disso, nossa pesquisa se baseia em levantamentos cadastrais coletados no acervo da Secretária de Urbanismo e com acesso aberto no Data.Rio⁵², realizados nos anos de 1935, 1953, 1975, 2000 e 2013. A Cadastral de 2000 restitui e atualiza a de 1997, por isso optamos por utilizar a mais recente.

Pretendemos analisar tais cadastrais por meio de diagramas de figura e fundo, com o intuito de estudar a qualidade da textura urbana e contrapor as modificações ao longo do tempo. Nessa estrutura de análise de espaços, nossa vista é controlada e percebemos claramente a relação entre cheios (edificações) e vazios (espaços livres) e a relação entre ambos.

Outro método utilizado para nossa análise está de acordo com “os elementos constitutivos do tecido urbano” (Panerai, 2006, p. 77) como: a) rede de vias; b) os parcelamentos fundiários e c) as edificações. Tais elementos permitem que toda cidade evolua, mantendo uma coesão e clareza na sua estrutura como um todo. É possível identificar nos tecidos antigos, mesmo marcados pela sedimentação históricas, quanto nos mais recentes (op. cit.).

a. São quatro vias que delimitam seu quarteirão:

1. Praça da República: Essa via tem relação direta com o Campo de Santana. Nos registros da Prefeitura do Rio de Janeiro seu nome geralmente varia de acordo com o nome da praça que não murada, sendo a via uma extensão do espaço

⁵² Plataforma digital de urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro. Acesso em: <https://www.data.rio/apps/mapa-digital-do-rio-de-janeiro-cartografia/explore-as-ruas>.

1. público. A praça da República foi reconhecida como via por meio do Decreto nº 1165 de 31/10/1917. Esta via não se limita à frente do quarteirão, mas se estende ao redor de todo o Campo. Vale ressaltarmos que através da Lei 575 13/08/1964 o Parque existente no centro da Praça da República, volta a denominar-se Campo de Santana.
- 2. Rua Moncorvo Filho:** Tem seu reconhecimento como via por meio do Decreto nº 1165 de 31/10/1917, entretanto, sua denominação era Rua do Areal. De acordo com os registros da Prefeitura, também já se chamou Rua Barão de Paranapiacaba e Rua das Boas Pernas. Pelo Decreto nº 1609 de 31/09/1921 teve sua denominação alterada para o nome atual de Moncorvo Filho, em alusão ao criador do atual Hospital Moncorvo Filho, o médico Carlos Arthur Moncorvo Filho.
- 3. Rua Frei Caneca:** Tem seu reconhecimento como via por meio do Decreto nº 1165 de 31/10/1917. Nos registros já foi identificada como Rua Nova do Conde, Caminho do Quebra-Canelas, Rua do Conde e Rua Conde D'eu e Rua da Lagoa da Sentinela.
- 4. Rua General Caldwell:** Teve o reconhecimento como via por conta do Decreto nº 1165 de 31/10/1917. Nos registros já foi identificada como Rua Formosa.

b. As parcelas: Entendemos, neste caso, o termo “parcela” relacionado ao lote, a parcela fundiária do quarteirão, estruturando suas divisões e ordenando os edifícios. O lote pode estar ligado à forma da edificação ou pelo menos a condicionará, seja pelo seu formato, ou pelas normas urbanísticas de sua ocupação. É a construção da relação entre edificação e terreno (Lamas, 2003).

A construção do quarteirão está historicamente atrelada às edificações de caráter público e monumental, que se concentram frente ao Campo, até pela relação direta com sua história. Tais edificações seguem até o miolo do quarteirão. Nos demais alinhamentos são ocupados por edificações públicas, há a ocupação por sobrados de um e dois andares com características bem determinantes da época de sua construção. Seus usos mudaram ao longo do tempo, mas sua forma e fachada se mantiveram. Grande parte deixou de ser residencial e se tornou comercial.

Segundo Lepetit, (2016) a rede viária é mais duradoura que o loteamento. Os lotes, por sua vez, têm a duração relacionada a sua forma e dimensão, “em geral os maiores e os menores são os que se conservam melhor” (op. cit., p. 175), resistem mais tempo que os imóveis nele construídos. Já os vazios resistem mais que os cheios, com o construído tendendo a durar menos ainda.

Na escala das grandes intervenções do urbanismo, mas também na das mil pequenas mutações repetidas que modificam o tecido urbano, os tempos da cidade são fortemente demarcados (op. cit.)

Essas afirmações vão de encontro à nossa análise e a documentação criada e colocada a seguir (figuras 27 ao 32).

Ao analisar os redesenhos, vamos ao encontro do que falamos anteriormente sobre a análise do tecido urbano para entender sua história e modificações ao longo do tempo. Ficam nítidas as mudanças, sejam das parcelas e principalmente das edificações. É interessante perceber que existe uma facilidade grande na modificação das edificações, mas uma certa resistência na organização



Figuras 27 à 32: Redesenho Cadastral de acordo com Plantas, datas na imagem.

Fonte: Acervo LabLugares - PROARQ - UFRJ. Ilustração do autor, 2025.

das parcelas, que muitas vezes resistem mesmo com a demolição da construção em seu interior, confirmando a afirmação de Lepetit colocada anteriormente.

É possível ainda observar que mais da metade do quarteirão foi modificado. Entretanto, um pedaço permaneceu intacto e isso nos intrigou, mas falaremos sobre isso mais adiante. O quarteirão era rodeado por sobrados que remetiam à ocupação do período colonial e seu centro era ocupado por grandes galpões, construídos no local, que fora antes usado para práticas agropastoris (ver próxima figura). De acordo com as cadastrais, estes galpões eram da Prefeitura do Distrito Federal. Deste modo, entendemos que toda essa parcela era de propriedade pública, o que favoreceu a implantação de equipamentos públicos.

Para melhor ilustrar essa ruptura e quase completa modificação do quarteirão, contrapomos a seguir a cadastral mais antiga e a mais recente:

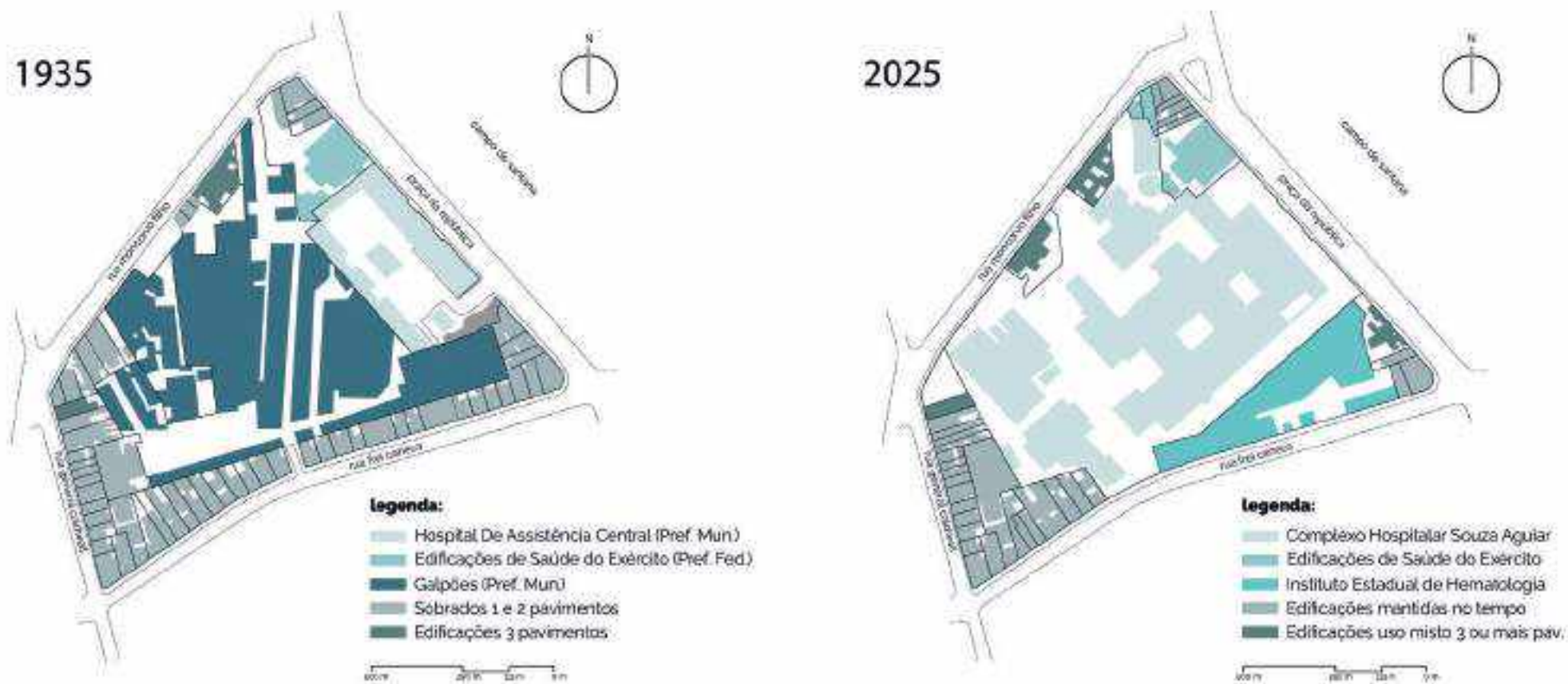


Figura 33: Ilustração Comparativa de acordo com Planta de 1935 e 2013

Fonte: Acervo LabLugares - PROARQ - UFRJ. Ilustração do autor, 2025.

Ao analisarmos a primeira implantação (1935) percebemos uma situação em que as edificações não ocupam integralmente o quarteirão, principalmente por estarem implantadas em determinadas porções. Este quarteirão é estruturado sob

a lógica tradicional, com parcelas formalmente estabelecidas e edifícios rigorosamente vinculados a elas (embora com exigências normativas de gabaritos e alinhamentos). O edifício proposto se adequa à mesma lógica respeitada por seus vizinhos, e não é o único responsável pela configuração da noção de quarteirão. O foco central desse arranjo tipológico está na forma como a nova construção interpreta a configuração previamente existente e no modo como a intervenção estabelece diálogo com a lógica coletiva do entorno. É perceptível a ocupação das bordas do quarteirão por sobrados e pelos hospitais e o miolo ocupado pelos galpões municipais.

Na implantação de 2025 há uma diminuição drástica de sobrados. Os galpões deram lugar ao vazio e posteriormente à expansão do HMSA e a criação de novos estabelecimentos assistenciais de saúde que compõem o Complexo Hospitalar. A lógica do quarteirão é modificada, enquanto anteriormente acontecia seguindo rigorosamente as parcelas com edificações alinhadas e contíguas à rua, agora segue a lógica de um núcleo funcional dentro do quarteirão no qual se concentram diversas edificações de saúde, sendo possível a observação da desconstrução do quarteirão (enquanto conjunto edificado) e da parcela. É nítida a disputa pela memória da cidade antiga e da cidade moderna coexistindo no mesmo espaço.

Retornamos aqui ao que nos intrigou anteriormente em relação aos sobrados que ainda resistem aos fundos do quarteirão. Não existe uma característica marcante que possa justificar a permanência dessas edificações, como o caráter monumental, ou de função pública como aconteceu com o antigo Palácio da Saúde do Ministério da Guerra que resiste até os tempos atuais ao lado

do HSMA.

Para isso, recorremos aos PAAs e PALs da área, no sentido de buscar nos documentos alguma relação com a forma atual do quarteirão. Ao buscar esses dados chegamos à conclusão de que o quarteirão, tal como se apresenta na atualidade, é o resultado de diversas intervenções urbanísticas que privilegiaram a implantação do Hospital Souza Aguiar na década de 1960, em detrimento do tecido urbano antigo. Percebemos isso em dois PAA para o quarteirão que foram revogados apenas com a criação da APAC da Cruz Vermelha. Entretanto, até a revogação, parte do terreno deu lugar ao novo hospital. Foram feitas diversas desapropriações de imóveis.

A nova lógica do quarteirão foi moldada, sobretudo, para abrigar a construção do novo hospital (atual HMSA). Aqui entendemos mais profundamente

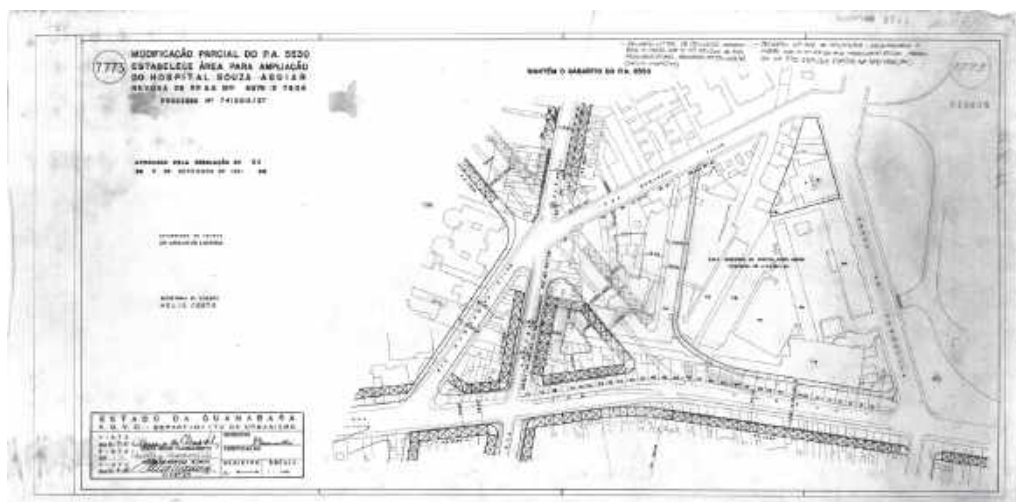


Figura 34: PAA 7773 de 1961.

Fonte: Acervo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento do Rio de Janeiro.

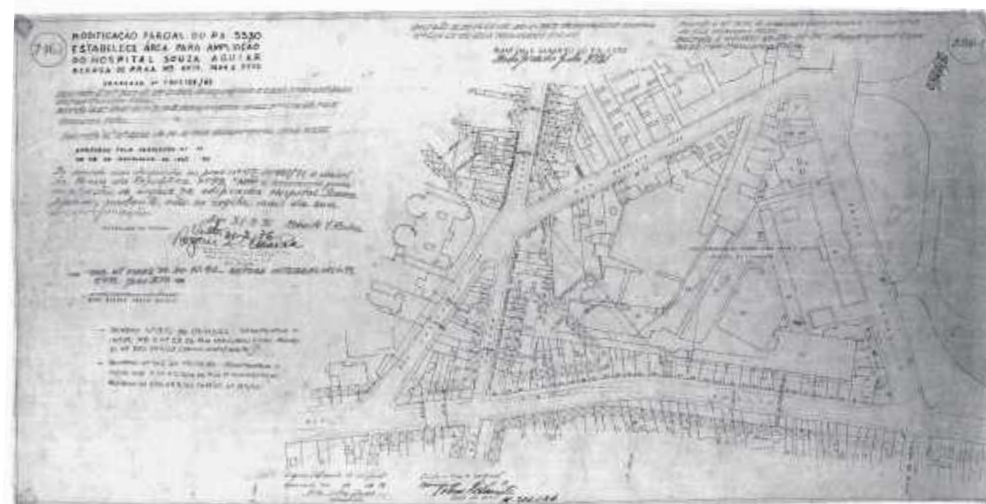


Figura 35: PAA 7963 de 1962 que revoga o PAA 7773 Ambos são revogados integralmente pelo Decreto 11883 de 30/12/1992.

Fonte: Acervo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento do Rio de Janeiro.

a relação tão direta do hospital com essa parcela da cidade e reforça o título do trabalho, à formação da denominada “ilha de saúde”, conforme indica a figura à seguir, que mostra a proposta de implantação de um complexo constituído pelo Hospital Souza Aguiar, pelo Instituto de Hematologia, por um Laboratório Central de Análises e um de Anatomia Patológica. Destes, foram executados apenas o Hospital e o HemoRIO seguiram com suas funções originais, como podemos observar na figura 36.

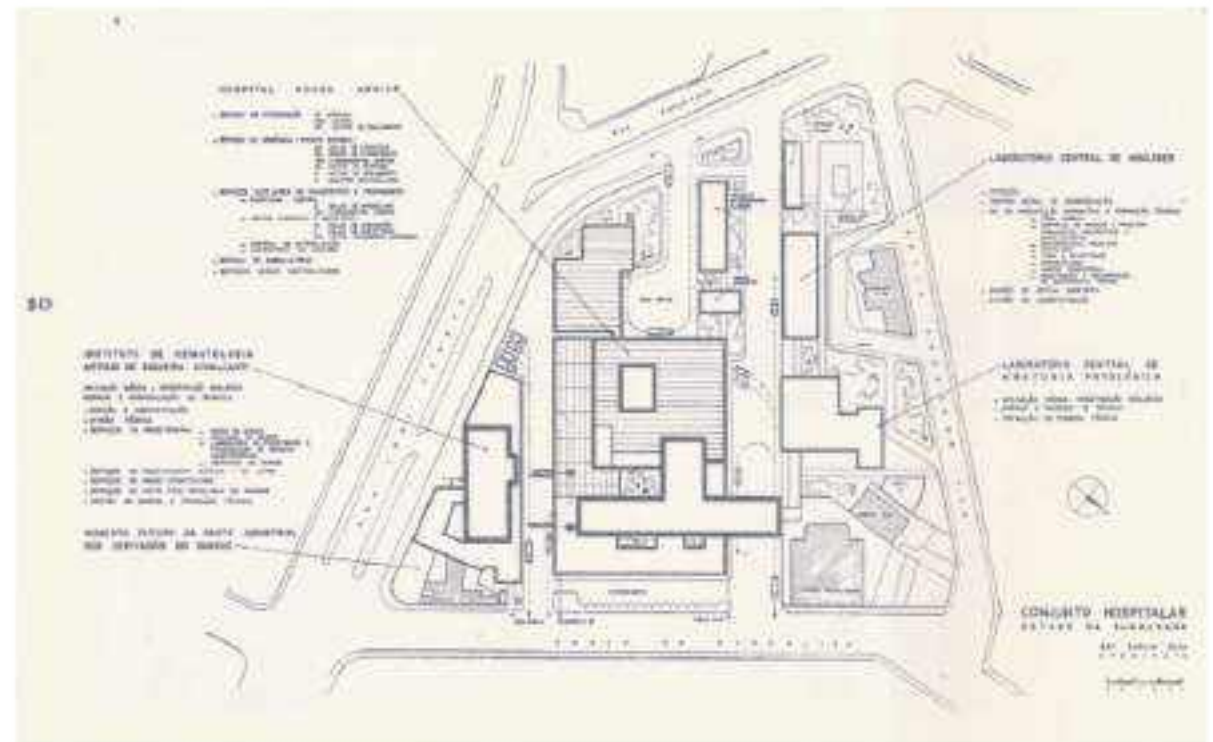


Figura 36: Proposta de implantação para o Hospital Souza Aguiar.

Fonte: Revista Arquitetura, 05/1965.

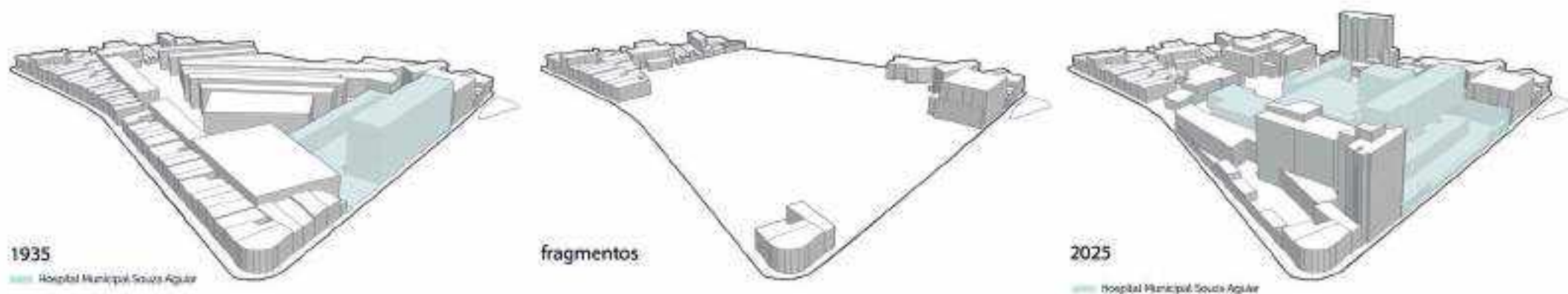
Até a criação da APAC, houve demolições, o HMSA foi implantado, bem como o HemoRIO. Com a criação da APAC e revogação dos PAAs e PALs para essa área, o projeto não foi todo concretizado, faltando a criação das vias internas que desmembrariam o quarteirão em mais duas ou três partes e a demolição de toda a parcela de edificações históricas aos fundos do quarteirão.

Após entendermos o motivo da configuração atual do quarteirão, gostaríamos de ir além de todas essas questões já colocadas e decidimos ampliar nossa análise e entender também a relação de monumentalidade das edificações entre si, e não somente de sua ocupação no solo, bem como sua relação volumétrica e para isso recorreremos aos diagramas de volume.

Entendemos que, na maioria das vezes, as leituras que fazemos dos centros históricos são orientadas pelo ponto de vista que privilegia o construído e sua relação com o solo e não necessariamente com o edifício ao seu lado volumetricamente, por meio do uso apenas de mapas e mecanismos 2D para estudo e representação.

Entretanto, por estarmos tratando de memória, da análise da cidade na escala do indivíduo, traremos ilustrações volumétricas também para esse estudo, observando-se o impacto de novas edificações e sua relação com as antigas. Ora, é o construído, a forma volumétrica, que nos salta os olhos ao andarmos na rua. Nos atentamos as vias e parcelas quando olhamos uma cadastral ou mapa, pelo desenho 2D, mas a edificação no 3D é que nos salta os olhos e caracteriza o espaço visualmente, porque evoca às imagens da realidade (vivenciamos a cidade tridimensionalmente), além de remeter ao nosso subconsciente às memórias do lugar, por sua volumetria e relação com o entorno.

Além disso, os edifícios introduzem a dimensão vertical no tecido urbano que não podemos ignorar. Com o passar do tempo a escala da cidade muda, bem como as tecnologias e as legislações. As lógicas volumétricas se somam e se superpõem à análise isolada das parcelas. Tal “representação desses fenômenos pressupõem um trabalho de desenho que permita desnudar o tecido” (Panerai, 2006, p. 96).

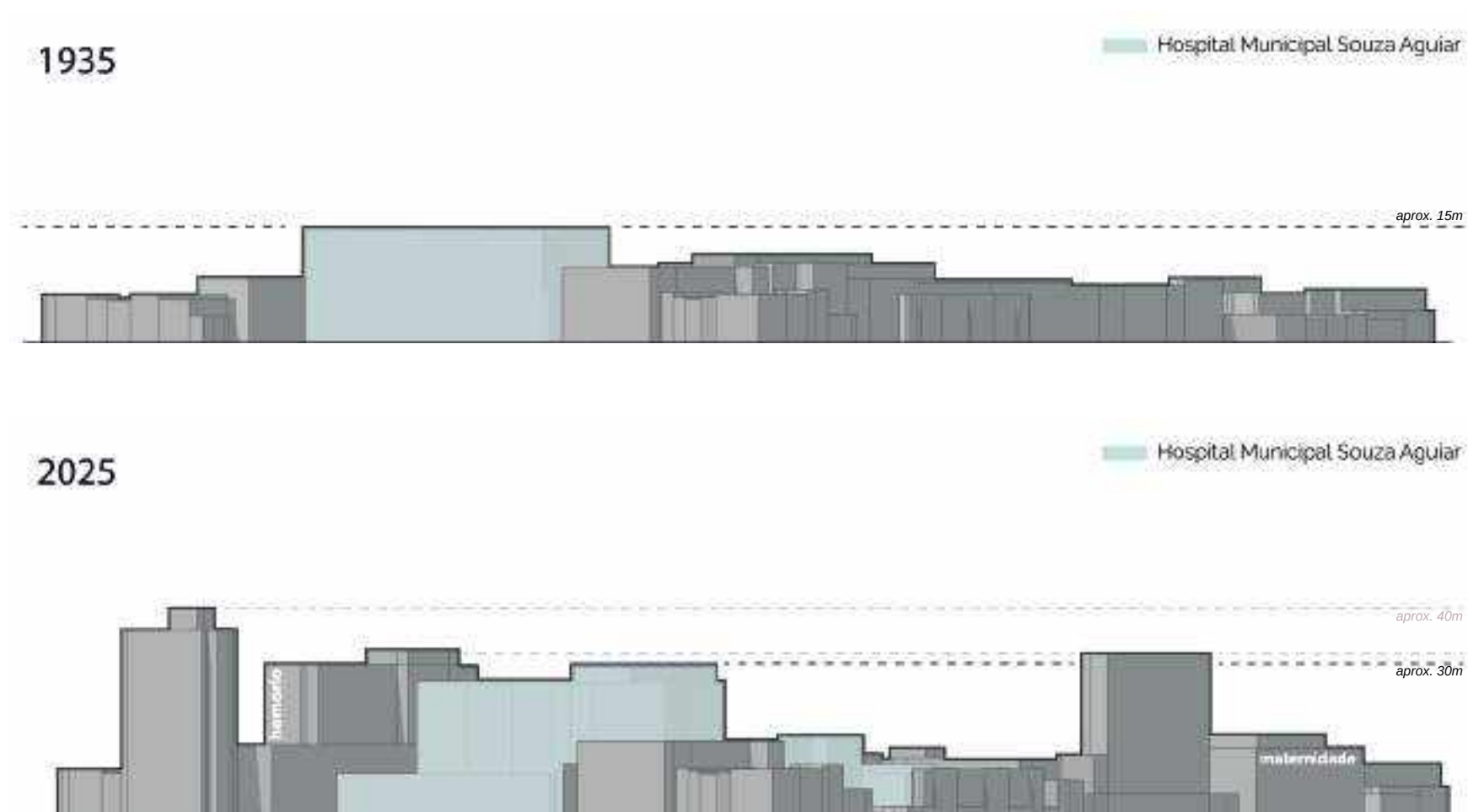


Figuras 37, 38 e 39 : Ilustrações perspectivadas produzidas de acordo com levantamento cadastral e visitas ao terreno.

Fonte: Cadastrais de 1935 e 2013 e documentação produzida *in loco*. Autoria própria, 2025.

Por meio dessas três ilustrações volumétricas já conseguimos ter um novo olhar sobre o quarteirão. Percebemos que o antigo hospital se impunha e se destacava em meio aos sobrados e outros monumentos. Já o novo hospital é mais alto, tem essa característica de destaque e, diferente do anterior alinhado aos outros edifícios, se afasta do limite do lote, o que acaba criando uma visão serial de

surpresa ao virarmos a esquina da Rua Frei Caneca com a Praça da República. E, entretanto, apesar de sua imponente, ele não se destaca tanto no quarteirão por terem outros edifícios mais altos, em lotes menores. Como podemos observar nas vistas à seguir.



Figuras 40 e 41 : Vista esquemática das fachadas do quarteirão de acordo com cadastrais, levantamento e observação.

Fonte: Autoria própria, 2025.

Analisando todas essas imagens chegamos à conclusão que assim como o desenho das cadastrais nos deixam registros das camadas do tempo do quarteirão, o mesmo acontece com a volumetria das edificações e seus usos. Na frente do terreno, lindeiro ao Campo de Santana, são preservados os edifícios de uso público, como a edificação do exército de um lado ou na outra esquina a edificação hoje conhecida como Gafleira Elite, cujo terreno já abrigara uma delegacia de polícia, como pode ser observado na figura 24, destaque do mapa de 1820, colocado anteriormente. Nos fundos temos os remanescentes sobrados que não foram demolidos por conta dos decretos de preservação da APAC da Cruz Vermelha. É nítida a diferença volumétrica entre o antigo e o novo, bem como a materialidade das fachadas das edificações e suas coberturas. Essas edificações e sua implantação contam uma história e remetem a memória de um tempo que passou, mas que fica registrado fisicamente no presente.

O desenho das volumetrias nos mostra que o quarteirão ao longo do tempo perdeu seu aspecto monolítico e se apresenta como uma colagem de fragmentos. Fragmentos do passado que restaram e fragmentos do presente que vão se sobrepondo em um agrupamento de lotes e edificações que vão seguindo novas lógicas. Temos a edificação como fragmento e unidade mínima do lote, bem como o muro como unidade mínima e fragmento da edificação que já não existe mais.

O PASSADO NO PRESENTE

4.1 O HOSPITAL

4.2 O MURO



“

Um menino caminha e caminhando **chega no muro**
E **ali logo** em frente, a esperar pela gente, **o futuro está.**

Vinicius de **Moraes**

O PASSADO NO PRESENTE

Examinada toda a dinâmica da área numa escala macro na relação Cidade / Campo de Santana / Quarteirão, entramos agora em uma escala menor, a do ponto de vista da edificação e a sua relação com o entorno. Até o momento, conseguimos entender a relevância do HMSA para a configuração do quarteirão e o entendimento do impacto que teve sua implantação nele. A memória da cidade é viva no interior desta ilha de saúde e ancorada fisicamente nas edificações ou nos fragmentos de edificações pretéritas que ali ainda resistem, em ruínas ou reaproveitadas.

Neste último capítulo, daremos ênfase ao HMSA, sua história e mudanças ao longo do tempo, destacando sua qualidade enquanto hospital público e como exemplo de projeto hospitalar da “Escola Carioca”. Será equacionada sua relação com as obras de arte e, mais particularmente, enfatizado o muro escultórico, fragmento do passado reaproveitado como obra de arte assinada por Roberto Burle Marx em 1966, investigando sua criação, inserção e atual abandono.

4.1 O HOSPITAL

De acordo com Sanglard (2008,p. 65), os primeiros anos do século XX foram marcados pela intervenção da prefeitura do Distrito Federal nas condições higiênicas da cidade. Com as reformas sanitárias de Oswaldo Cruz era necessário continuar no caminho do desenvolvimento sanitário e na ampliação da



Figura 42 : Como Posto Municipal de Assistência Pública.

Fonte: Autoria própria, 2025.

participação do Estado na assistência pública. Dentro deste contexto, em 1º de novembro de 1907 foi inaugurado o Posto Central de Assistência, atuando como pronto-socorro público (figura 42).

Em decorrência do crescimento da cidade e do maior alcance da assistência pública, a instituição ficou inadequada para a demanda. Tornou-se necessário construir um novo edifício para comportar o aumento da capacidade de atendimento. Com isso, três anos após sua inauguração na Rua Camerino, o Prefeito Souza Aguiar transferiu o Posto Central, inaugurado em 1910, para a Praça da República (figura 43).

Em 1920 veio o interesse da Prefeitura em criar um Hospital de Pronto Socorro que funcionasse em coordenação com o Posto Central, com foco no tratamento de doenças súbitas e acidentados. Foi criada uma comissão para organizar o projeto que ficaria anexo ao posto central de assistência. No ano de 1925 foi inaugurado o Hospital de Pronto Socorro como podemos ver na manchete

Figura 43 : Desenho da fachada frontal do Posto Central de Assistência.

Fonte: Acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. S/D.



do jornal (figura 44).

O Hospital de Pronto Socorro era um edifício com predominância horizontal, em estilo eclético classicizante⁵³ e possuía relação visual direta com o Campo de Santana à sua frente. Nos documentos há o relato sobre a inauguração do Hospital de Pronto Socorro como anexo ao Posto Central em 1925. Entretanto, ao analisarmos a foto da manchete do jornal (figura 44), percebemos que é uma foto anterior ao anexo, já que a imagem está diferente da outra de Augusto Malta datada de 1925, na qual o hospital aparece completo (figura 45).

A UNIÃO — QUINTA-FEIRA, 24 de SETEMBRO de 1925 3

udações a ponto de de-
e usar reticências admi-
profusão.

ças, os partidários das
papel moeda acham sem-
a nossa situação e repu-
mo nosso credito que é
te extraordinario aliás...

o estilo-leilão tem uma
O candidato quando é
cellente, é adoravel em
mo os chefetes a quem
dar.

as demais espheras de
peior é que, como nos
cidade, o estilo-leilão es-
vezes mentiras, prejuí-
des, bicharias, paneilas
de toda sorte...

PEIXOTO FORTUNA.

pagina :
o de bellos livros a
nos. Interessa a todos.

ra a variola
—40—
do Espirito Santo não es-
tias medidas em materia
ntra o terrivel morbus

HOSPITAL DO PROMPTO SOCCORRO



*Foi inaugurado no ul-
timo domingo o Hospital
do Prompto Socorro,
annexo ao Posto Central
da Assistencia.*

*Esse novo estabeleci-
mento custou cerca de
mil contos de reis, será
dirigido pelo Dr. Gastão
Guimarães e vem atten-
der a uma grande neces-
sidade d'esta Capital.*

Figura 44 : Manchete de Jornal relatando a tão sonhada inauguração do Hospital de Pronto Socorro.

Fonte: Jornal A União (RJ) de 24.09.1925.
Hemeroteca Digital Brasileira - Biblioteca
Nacional.
Acesso:
<http://memoria.bn.br/DocReader/799670/6708>



Figura 45: Fachada Hospital de Pronto Socorro.

Fonte: Augusto Malta, 1925. Fonte: Acervo IBGE



Figura 46: Análise comparativa de fachadas do Hospital de Pronto Socorro

Fonte: .Fonte: Acervo IBGE. S/D.



Figura 47: FSíntese da composição da fachada do Hospital de Pronto Socorro ao longo do tempo.

Fonte: .Fonte: Acervo IBGE. S/D.

⁵³ Segundo Gustavo Rocha Peixoto (in CZAJKOWSKI, 2000, p.13), o ecletismo classicizante é caracterizado pela arquitetura acadêmica pós-neoclássica, praticada entre os anos 1870 e 1940. O ecletismo atribuiu à linguagem neoclássica maior dramaticidade, sendo possível verificar o aumento da carga decorativa nas composições do período. Também consideramos que este edifício tinha uma base de composição clássica destacando a base, corpo e coroamento.



Figura 48: Manchete de Jornal relatando as obras de Carlos Lacerda para o Hospital de Pronto Socorro.

Fonte: Revista O Cruzeiro (RJ) de 15.06.1963. Hemeroteca Digital Brasileira - Biblioteca Nacional. Acesso : <http://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=149718>

⁵⁴ Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal entre 1906 e 1909, e fundador do hospital.

⁵⁵ Governador do Estado da Guanabara entre 1960 e 1965. A criação da Guanabara se deu em função da transferência da Capital Federal para Brasília, sendo seu território correspondente ao da cidade do Rio de Janeiro. Em 1974, com a extinção do Estado da Guanabara, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se capital do Estado homônimo.

Conseguimos entender que tais mudanças ocorreram ao longo do tempo por meio das fotos recuperadas nos acervos. Ainda que muitas delas não estejam datadas, por inferência entendemos que essa seria a ordem cronológica de sua composição e execução. Pelo registro de Malta, nota-se que tais mudanças ocorreram entre 1910 e 1925, concomitante à mudança para Praça da República, sendo inaugurado como Posto Central e posteriormente ganhando o anexo do Pronto Socorro.

Em 1955, em homenagem ao centenário de Francisco Marcelino de Souza Aguiar⁵⁴, o Hospital deixou de se chamar Posto Central de Assistência Pública e passou a ser denominado Hospital Souza Aguiar.

Na década de 1960, durante a gestão do governador Carlos Lacerda⁵⁵, ocorreram diversas intervenções na gestão da saúde pública, com a criação e intervenção em diversos hospitais. Dentre eles, o Souza Aguiar que foi ampliado, modernizado e modificado (figura 48).

O monobloco horizontal eclético classicizante deu lugar a um edifício monumental, com um bloco principal de 7 pavimentos, 1 horizontal e três andares e mais 2 blocos isolados no fundo, todos com 3 andares (figura 49). Concebido de acordo com as premissas do Movimento Moderno na acepção identificada com a alcunha "Escola Carioca", o novo projeto foi assinado por Ary Garcia Roza (1911-1999). Na figura 50 é possível notar a construção do novo prédio mantendo-se em funcionamento as antigas instalações.

No processo de remodelação do HMSA, na qual se optou pela construção de uma edificação nova em substituição do edifício existente fica nítida a política pública da época, que desconsiderava a possibilidade de desempenho funcional

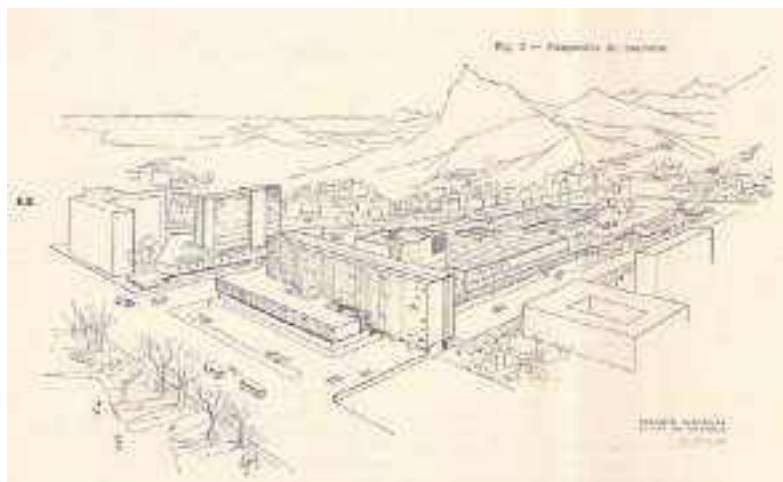


Figura 49: Perspectiva do projeto para o novo Hospital Souza Aguiar.

Fonte: Revista Arquitetura, 05/1965.



Figura 50: Ao fundo, a construção das novas instalações do Hospital Municipal Souza Aguiar. Em primeiro plano, a antiga edificação em pleno funcionamento. Década de 1960.

Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

⁵⁶ O edifício está situado de frente para o Campo de Santana, entre o Hospital Souza Aguiar e a Faculdade de Direito da UFRJ. Atualmente, funciona a Odontoclínica Central do Exército (OCEX).

de antigos edifícios, descredibilizando a adequação da antiga forma e sobrepondo-a por uma nova. Tal procedimento pode ser visto como uma forma de apagamento da história, na qual a nova arquitetura, moderna, menospreza a importância de qualquer manifestação precedente, no caso a eclética.

Após a construção das novas instalações, o antigo edifício foi demolido por completo, ficando apenas a fachada lateral como muro (figura 51) que separa o HMSA do Palácio da Saúde do Ministério da Guerra⁵⁶.

A permanência da fachada lateral da edificação antiga confere ao conjunto um caráter de destaque, fato que constitui um marco temporal entre o que existiu e o que há hoje. Tal presença torna instigante a relação entre o objeto do tempo presente e o objeto outrora existente, do qual tentamos reconstituir sua imagem.

Em relação aos processos de constituição da memória também recorremos a Lepetit (2016, p. 185). De acordo com o historiador, a sociedade, nas diversas etapas de sua formação, remaneja suas lembranças de forma a adequá-las aos interesses dos atores sociais que a compõem. Assim, num processo de reelaboração constante e em eterna reconstrução, a memória faz aparecer as “verdades” do passado com base nas do presente.

Tais conceitos fundamentam nossas percepções sobre o espaço arquitetônico do HMSA, entendido a partir de suas relações com a arte mural e com o projeto paisagístico assinado por Roberto Burle Marx na década de 1960.

A concepção do Hospital Municipal Souza Aguiar é parte de uma agenda do Movimento Moderno interpretado pelos arquitetos cariocas que, além de buscarem uma nova identidade no modo de pensar e fazer arquitetura, empregada na plástica e nos métodos de projeto, romperam com os antigos estilos e métodos



Figura 51: Muro que separa o terreno do HMSA (à esquerda) do Palácio da Saúde do Ministério de Guerra (à direita).

Fonte: Autoria própria, 2024.

construtivos, constituindo uma proposta singular para a obtenção de uma nova monumentalidade, sintetizada conceitualmente por Lucio Costa.

Em contraposição às críticas internacionais à plasticidade empregada na construção do moderno carioca, considerada por ela pouco afeito ao rigor funcional, o edifício congrega arquitetura, jardins e obras de arte. Cumpre salientar que tal prerrogativa que caracterizou o partido arquitetônico de diversos hospitais brasileiros no mesmo período (Amora, 2020), fato a demonstrar a importância da integração espacial no tratamento dos pacientes, buscando a valorização das sensações propiciadas para seus usuários (pacientes, funcionários e visitantes). Ary Garcia Roza criou o projeto arquitetônico em comunhão com o projeto paisagístico e artístico de Roberto Burle Marx.

Conseguimos entender a dimensão de sua obra a partir da fala do arquiteto:

A arte na arquitetura é um estado de espírito indispensável. Mas eu fui criado na construção, desde pequeno, na construção da casa de meu pai. Para mim a tecnologia, os materiais – as conquistas da ciência e da tecnologia de uma época têm de fazer parte da arquitetura dessa época. Nós não estamos fazendo uma escultura, uma peça de arte. Estamos fazendo um equipamento urbano que vai participar da vida da coletividade. Então nós não podemos fazer isso só por beleza. A beleza é uma competência natural e lógica. Para que a obra seja feita, e bem feita, ela tem que ter essa condição, tem que ter essa qualidade, sem a qual não dura. Também não é uma engenharia. Engenharia é uma especialidade que contribui para realizar melhor, para prever problemas e dar soluções. A concepção arquitetônica tem que ter uma síntese, tem que representar realmente a época que foi feita: os valores culturais, os agentes tecnológicos; sem isso não consegue fazer parte da comunidade. A nossa arquitetura foi muito elitista... (Roza, 1989)⁵⁷.

⁵⁷ Roza, Ary Garcia. Depoimento gravado pelo Arquivo Público do Distrito Federal (ARPDF), em 1989. Trecho lido e retirado da Revista Digital Vitruvius, artigo intitulado "Ary Garcia Roza, um arquiteto moderno brasileiro" de Jayme Wesley de Lima (2012). Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/13.150/4556>. Acesso em 2/04/2025.



Figura 53: Pannel de pedras.
Hall da sala de espera do hospital.
Fonte: Autoria própria. 2025.

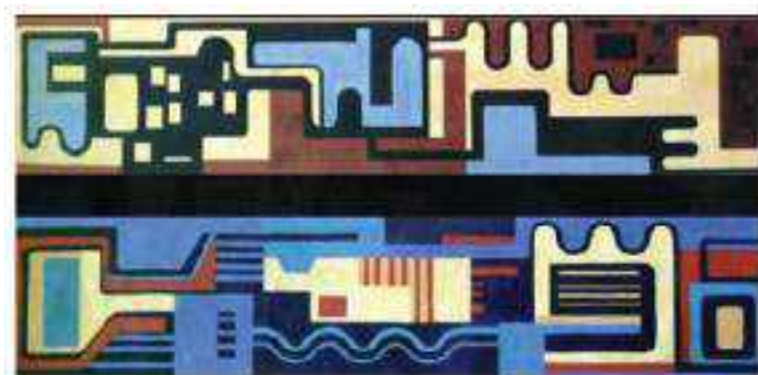


Figura 54: Estudos de Roberto Burle Marx para o pannel da sala de espera do HMSA.
Fonte: Acervo Sitio Roberto Burle Marx. 1966c.

Podemos elencar pelo menos três⁵⁸ elementos plásticos contidos no projeto do HMSA: a capela, o painel mural e o muro escultórico na entrada do hospital. A capela (figuras 52), se diferencia, sobretudo, pela forma plástica, que se destaca da ortogonalidade do bloco principal do hospital por sua forma “espiralada” e sua textura no concreto imitando os veios de um tronco de árvore ou de uma cabana em madeira.

O painel (figuras 53 e 54) está situado no hall de entrada do bloco principal e ocupa toda a extensão de uma parede situada entre dois corredores de acesso. É um bem tombado em âmbito municipal e foi realizado por Roberto Burle Marx em 1966. Nele, o artista utilizou pedras portuguesas de uma forma atípica, no plano vertical, e pedras coloridas, como a ametista e os quartzos branco, rosa e verde. Andrade e Santucci (2009) e Rocha e Herbst (2023), sugerem que a escolha dos minerais não tenha sido apenas por questões estéticas. A inclusão de pedras semipreciosas seria decorrente de supostas propriedades curativas das mesmas.

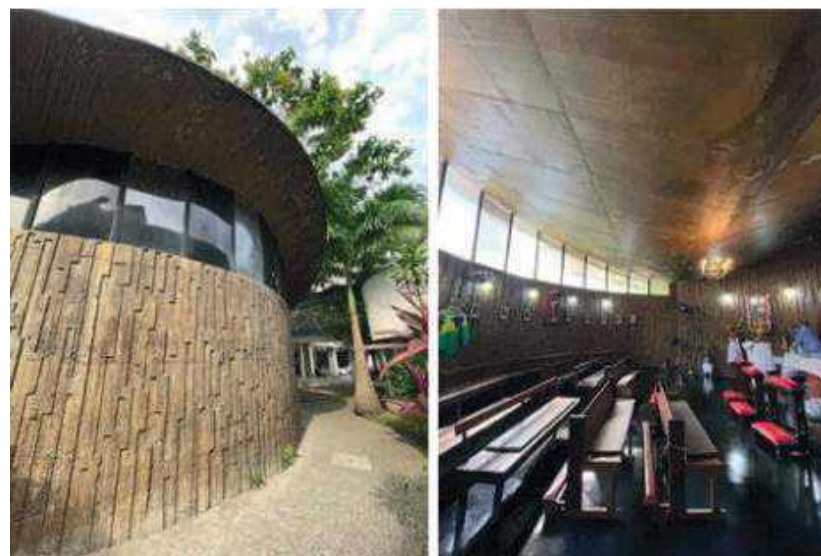


Figura 52: Vistas externa e interna da capela.
Fonte: Autoria própria. 2025.

⁵⁸ Poderíamos citar um quarto elemento, que seriam as esculturas. Entretanto, elas foram apenas retiradas do antigo jardim e dispostas sem qualquer critério, ficando escondidas entre a vegetação do novo hospital.

Por último, temos o muro com o jardim vertical (figura 55), que conecta o interior e o exterior do lote. Infelizmente, por falta de manutenção, as fontes de água e as espécies nativas deixaram de refrescar o ambiente, perdendo também o papel de remeter ao Campo de Santana, jardim público situado logo à frente do HMSA, separado apenas pela via arterial de trânsito intenso. Além do jogo de volume de caixas de concreto aparente que servem de suporte à vegetação, diferentes elementos moldados no concreto, em associação com partes vazadas, remetem a um grande mural que possibilita a visualização de partes da edificação vizinha, na lateral do hospital.



Figura 55: Muro escultórico implantado em muro preexistente da edificação demolida.
Fonte: Autoria própria. 2025.

4.2 O MURO

Infelizmente não foi possível ter acesso aos originais do projeto paisagístico do HMSA no Instituto Burle Marx, que abriga praticamente todo o acervo do Escritório Burle Marx desde a década de 1930⁵⁹. Na ausência de contato com qualquer documentação de época – desenhos, croquis ou estudos – trabalhamos a partir da análise da própria edificação, entendida como fonte de pesquisa, neste caso, como “um documento construído” (Katinsky, 2005, p. 43).

Sobre tal problemática, Febvre (1982, p. 242 apud Le Goff, 1990 ,p. 540) sentença:

A história se faz com documentos escritos, quando existem. Mas ela pode e deve ser feita com toda a engenhosidade do historiador... Com palavras e sinais. Paisagens e telas. Formas de campos e ervas daninhas. Eclipses lunares e cordas de atrelagem, Análises de pedras pelos geólogos e de espadas de metal pelos químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

De acordo com Ruth Verde Zein (2012), é necessário que os objetos ou edifícios sejam observados, porque eles não falam por si mesmos, devem ser interpretados, e cabe ao pesquisador perguntar, pensar e demonstrar, com base na documentação disponível. Além disso, conforme nos aponta Waisman (1990), qualquer objeto de reflexão, neste caso, o conjunto edificado, provém de uma

⁵⁹ De acordo com informações disponibilizadas em <https://www.institutoburlemarx.org/pt/acervo>.

provém de uma realidade. Sua problemática não se revela de um modo direto e evidente: é na reflexão que os problemas são descobertos e/ou são reveladas questões que estão por trás da realidade dos fatos, uma vez que a formulação de questões está baseada em conceitos e ideias.

Procuramos também juntar evidências para confirmar se o muro é remanescente do antigo edifício, por meio de documentos e imagens (figuras 56 e 57). Cientes de que todas as obras de Roberto Burle Marx na cidade do Rio de Janeiro são tombadas⁶⁰, constatamos que no decreto estão incluídos o painel interno, o muro escultórico e todo o paisagismo do HMSA.

⁶⁰ O painel interno de pedras, o muro escultórico e o paisagismo do HMSA integram a lista de obras tombadas pela municipalidade, por ocasião do centenário de nascimento de RBM. In: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Tombamento de todas as obras paisagísticas de autoria de Roberto Burle Marx - Decreto n.º 30.936, de 04 de agosto de 2009. Diário Oficial do Rio, 05 ago.2009.



Figura 56: Detalhes dos recortes no muro remanescente

Fonte: Autoria própria. 2025.



Figura 57: Volumes em concreto aparente em balanço utilizados como canteiros

Fonte: Autoria própria. 2025.



Figura 58: Jardim das Nações, Viena, 1963

Fonte: Motta, 1983, p. 120



Figura 59: Muro com jardim vertical. Banco Safra. Projeto de Burle Marx. 1983.

Fonte: Foto Leonardo Finotti. Fonte: <http://www.leonardofinotti.com/projects/bancos-safra/image/17126-110506-101d>

⁶¹ Motta (1983, p. 126) considera o paisagismo do HMSA "uma especulação sugestiva que aponta novos caminhos para as áreas verdes nas cidades dos edifícios de muitos andares".

Além do decreto, foram consultados diversos autores, a exemplo de Flávio Motta⁶¹, que estudam a obra de Roberto Burle Marx, citando nominalmente o projeto paisagístico do HMSA. Laurence Fleming se detém na análise de diversos jardins verticais elaborados pelo paisagista, que recebem a denominação de muros escultóricos e são assim descritos:

Os painéis em si eram composições de retângulos e quadrados ligados entre si, recuados, projetados, algumas vezes vazados, revelando a paisagem ao fundo. São sempre interessantes de se ver, tendo vida própria uma vez que cada uma das formas conduz o olhar para outra; mas mudam completamente no decorrer do dia, pois o movimento do sol produz uma série de sombras diferentes (FLEMING, 1996, p. 85).

Assim como o Decreto Municipal e os autores que abordam a obra de Roberto Burle Marx, podemos mencionar dois projetos, entre muitos outros, em que o paisagista fez experimentações semelhantes ao criar muros escultóricos. Anterior ao HMSA, foi realizado em 1963 o projeto do Jardim das Nações, em Viena (figura 58). Vinte anos depois, em 1983, Burle Marx elaborou o jardim do Banco Safra, em São Paulo (figura 59). Em ambos, é possível notar os elementos escultóricos utilizados, as formas, a materialidade, a vegetação e a presença de água, respeitando-se suas especificidades de localização e implantação, forma e espécies de plantas, em acordo com o repertório plástico do autor.

Uma vez comprovada a autoria do projeto para o muro, direcionamos nossa investigação acerca de sua existência a partir da demolição do antigo hospital. A sobreposição da figura abaixo comprova que as atuais instalações do HMSA não

foram construídas sobre o bloco eclético classicizante (polígono amarelo), criando no recuo frontal condições para que fosse conservada a empena do antigo hospital no limite lateral do terreno.



Figura 60: Vista aérea do complexo hospitalar com polígono do antigo hospital sobreposto.

Fonte: Adaptado pelo autor (2025) a partir de base fotográfica disponibilizada pelo DATARIO.

A partir dessas sobreposições continuamos nossa investigação por meio das imagens levantadas em acervos, bem como pelas fotografias tiradas nas visitas in loco. Entendemos que o muro é remanescente do antigo hospital, mas observando fotos aéreas antigas (como na [figura 61](#)), percebemos que a antiga edificação tinha um pavimento a mais em relação à edificação ao lado (o antigo Palácio da Saúde do Ministério de Guerra).



Figura 61: Fotografia aérea ampliada com destaque para os dois hospitais.

Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
S/D

Com relação a questão da altura do muro, conseguimos chegar à conclusão de que ele foi recortado para que sua altura pudesse acompanhar o gabarito da edificação ao lado. Tal fato pode ser constatado na sequência de imagens criadas a partir de um frame de propaganda do hospital, retirada do acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Figura 61: Montagem feita a partir de Frame de propaganda do Hospital de Pronto Socorro. 1960.
 Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Uma das características marcantes das obras de Burle Marx é sua relação e respeito com o entorno. O muro escultórico se apoia no fragmento da fachada lateral do hospital antigo, criando materialidade e ambiência para a nova edificação e uma relação de coexistência com a edificação vizinha (figura 62), além do que, podemos aferir, faz alusão à área ajardinada do Campo de Santana.



Figura 62: Imagem atual retirada pelo autor, mostrando a relação entre o muro remanescente e a edificação ao lado (antigo Palácio da Saúde). 2025.

Fonte: Autoria própria.

Analisando todas as informações levantadas e encontradas, podemos concluir a importância desse tipo de estudo e aprofundamento no objeto. Desde levantamentos de imagens nos acervos, assim como as visitas técnicas e o levantamento fotográfico. Cada detalhe levantado é uma surpresa e uma descoberta, como mostraremos à seguir.

É interessante perceber como Burle Marx se apropriou da antiga ruína para criar uma obra de arte específica. Podemos observar que a estrutura da fachada antiga é ressaltada nessa obra, e que seus volumes respeitam a mesma proporção. É possível notar, ainda, diferentes materialidades, como o tijolo maciço na estrutura antiga e o bloco cerâmico de oito furos na estrutura sobreposta (figuras 63 e 64). Esse bloco de oito furos, assentado de forma deitada, é utilizado no novo bloco hospitalar, conforme mostra a imagem (figura 65) retirada do bloco central do hospital em construção.

É nítida a complexidade deste muro escultórico projetado por Burle Marx, compondo o paisagismo de todo o complexo hospitalar, a pedido de Ary Garcia Roza. É perceptível que a antiga parede não foi deixada à toa, ou apenas para servir de mero suporte à escultura criada pelo paisagista.

O muro escultórico de Burle Marx se apropria do muro existente, utilizando suas nuances sem negar sua forma. Seus volumes se apoiam na parede antiga, limitando-se à sua parte estrutural e dando suporte à vegetação que ali se estendia, bem como as fontes de água. Não foi criado um muro novo e nem se pretendeu apagar a existência do antigo, mas o contrário, evidenciar o que restou.

O muro remanescente do antigo prédio eclético classicizante foi ressignificado, transformando-se em uma obra moderna e que hoje está em

processo de ruína pelo descaso e abandono. Ainda assim, o muro resiste ao tempo, seguindo com sua função física de separação de espaços, acumulando histórias e memórias. Resiste ao apagamento do passado, ganhando novos significados de acordo com o seu narrador.

A obra de arte foi pensada especificamente para compor aquela paisagem, em diálogo com o parque público à frente, com recortes que destacam a edificação vizinha. Neste raciocínio, não faria sentido reproduzi-lo em outro lugar e retirá-lo seria o mesmo que. Sua forma e seu sentido estão ligados àquele espaço, ao muro anterior, não sendo mais possível dissociá-los. Nesta obra, Burle Marx vai além da bidimensionalidade dos murais e ganha a tridimensionalidade, vence a superfície e se projeta no espaço, garantindo à arte uma imersão no cotidiano e uma relação com a escala humana.



Figura 63: Análise do muro. 2025.

Fonte: Autoria própria.

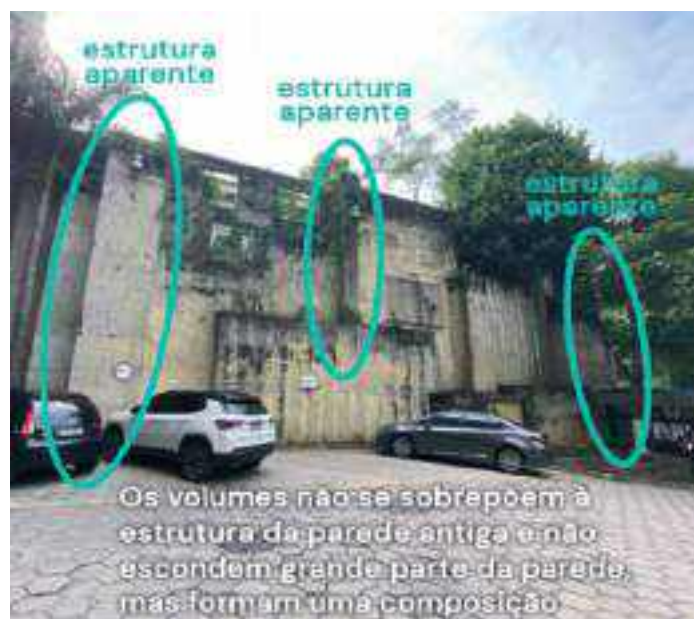


Figura 64: Análise do muro. 2025.

Fonte: Autoria própria.



Figura 65: Visita de Chagas Freita às instalações em obra do Hospital Souza Aguiar. Década de 1960.

Fonte: Acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Torna-se indiscutível a relevância do muro para a memória do lugar, um fragmento do tempo no espaço, acúmulo de memórias de diversas épocas e marcas de se pensar a cidade e fazer arquitetura. Sua manutenção e conservação, bem como de todo o hospital deveria ser algo de interesse público, tanto pela relevância no cenário da saúde pública e nacional, quanto pelo sentido de manutenção da história da saúde e da arquitetura hospitalar. É urgente e necessária essa atenção, tanto de destaque ao monumento, quanto de preservação de seu estado físico. A passagem do tempo deixa marcas físicas, cada dia que passa são maiores as patologias e a facilidade do colapso de alguma parte da estrutura.

Na página seguinte apresentamos algumas imagens comparativas entre o muro logo após sua inauguração e seu estado atual de conservação. É possível observar que não existe uma descaracterização total da obra, mas é preocupante a falta de conservação e cuidado.

Tanto o edifício, quanto o muro enquanto fragmento do passado é um suporte da memória coletiva e uma fonte na qual se pode realizar a investigação sobre a memória da cidade ou de um ou mais grupos e seus processos sociais, conforme mencionado anteriormente e também colocado por Maurício de Abreu (1996). Para Le Goff (1997) é um dever transformar o patrimônio em objeto do saber. Neste sentido, esse estudo visa dar destaque aos fragmentos que, ao evocar tempos passados, testemunham processos e mudanças que ocorreram ao longo do tempo, ancorando memórias.



Figura 66: 1. 1968 Fotos do Muro Escultórico de Burle Marx para o Hospital Souza Aguiar. Acervo Instituto Moreira Salles. 2. 2025 Fotos atuais do autor.
 Fonte: IMS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vista frontal do HMSA com
restos para muro escultórico
© 2023, todos os direitos reservados



“

Uns, com os olhos postos **no passado**,
Veem o que não veem; outros, fitos
Os mesmos olhos **no futuro**, veem
O que não pode ver-se.

Fernando **Pessoa**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como o passado, o futuro não é palpável, um já passou, outro ainda virá. Nos resta apenas o presente e a reflexão sobre o que já aconteceu, e intenções sobre o que poderemos fazer no futuro para contribuir para a valorização e conservação do patrimônio edificado entendendo seu valor histórico, como fragmento do tempo passado.

Começamos nossa conclusão da pesquisa levantando essa reflexão. Não é um trabalho fácil a conservação de elementos isolados na cidade e muitas vezes se torna difícil provar seu valor econômico e produtivo. Na lógica da especulação imobiliária, a narrativa de valorização da memória nem sempre rende investimento, a não ser pelo valor turístico. É um trabalho de base social e comunitário, de conscientização gradual.

Nosso intuito com esse trabalho é discutir a relevância do patrimônio edificado e a importância da sua reconstituição histórica para o fortalecimento e valorização da memória da cidade. É também uma forma de difundir e tornar acessível essa discussão a qualquer camada da sociedade, mais ainda àquelas que usam esses espaços diariamente e dificilmente têm acesso às discussões teóricas da academia, talvez por meio de aulas abertas no hospital, palestras, atividades de ateliê aberto ao público, atividades com alunos de escolas públicas da região e outras atividades que podem ser exploradas futuramente.

Encontramos e seguimos um processo metodológico que pode valer como orientação investigativa para qualquer bem edificado, desde sua análise in loco

e questionamentos sobre seu papel na cidade, até a investigação sobre seu histórico, e sua presença na materialidade da cidade. Nosso trabalho parte da observação do presente, do bem físico e palpável, dos indícios e marcas do passado presentes fisicamente. Daí partimos rumo ao passado, buscando sentido naquilo que estamos vendo à nossa frente.

Dessa forma, buscamos o conhecimento do existente no campo histórico, reforço e confirmação de hipóteses, no campo arquitetônico, com levantamento, desenho e redesenho, levantamentos e análise de fotografias, análise do objeto construído e a materialidade do mesmo, e no campo social buscamos entender a relevância do objeto para a sociedade e avaliar o impacto de sua manutenção. A partir disso, conseguimos elencar o valor do objeto como monumento e analisar seu estado de conservação, abrindo caminho para estudos futuros de prevenção ou correção.

Este não foi um trabalho linear, foi feito por idas e vindas, expectativas e frustrações. Estratégias e análises constantes de caminhos a seguir. Foram necessárias dezenas de visitas ao quartirão, dando voltas e voltas, entre fotos, filmagens, conversas e análises. A cada passo dado, crescíamos enquanto pesquisadores e a cidade se revelava de uma forma diferente. Mais ainda a edificação. A cada visita, era como revelar mais um pedaço escondido.

Neste contexto, somado às aulas da pós-graduação e alinhado ao projeto de pesquisa no qual o trabalho está inserido, surgiu o interesse pelo tema da memória, especificamente na abordagem da memória coletiva de Halbwachs e da memória da cidade de Maurício de Abreu. De analisar edifício hospitalar e presença em uma área da cidade sob o olhar da memória, entendendo o seu valor em várias

escalas .

Vale ressaltar que nosso interesse pelo quarteirão coincide com o edifício. Entretanto, nos atentarmos mais às transformações do quarteirão - que estão atreladas ao edifício - do que ao edifício em si. Poderíamos ter nos aprofundando mais sobre as mudanças ocorridas na fachada do hospital (do antigo e do novo), na mudança de administração, mas preferimos focar na escala macro do quarteirão e nos elementos que resistiram ao tempo e às mudanças, que chamamos de fragmento, como o muro escultórico.

Nosso recorte foi da região central da cidade, para a área do quarteirão e arredores, até chegar ao fragmento. Saímos da escala do mapa, do olhar do alto, para a vista do observador, do olhar de perto. Ao responder o questionamento colocado no título desta dissertação de "quantas memórias cabem em um quarteirão", podendo ressaltar a memória da cidade como um todo, a da saúde, a da arquitetura hospitalar, a da integração das artes aos edifícios hospitalares, entre tantas outras memórias que podem ser acessadas a partir de um objeto específico na cidade.

Além da análise do edifício e seu valor como um bem a ser patrimonializado (o que é apenas em parte pelas obras de Roberto Burle Marx), sua presença na cidade, produzimos desenhos e novos documentos, relacionando os achados e sintetizando sua história. Aqui, vale a pena salientar a importância do redesenho tanto pelo registro, quanto pela análise e síntese do processo de pesquisa e das informações levantadas.

Nosso estudo não se estende a um plano de intervenção para a manutenção do bem, mas já consiste em uma primeira etapa de estudo e aprofundamento, com

levantamento histórico e identificação dos elementos de valor, facilitando um futuro estudo de intervenção, quadro de défits e patologias por meio de mapa de danos, auxiliando nos critérios gerais de intervenção e nas tomadas de decisão para a conservação preventiva (ou corretiva, em último caso) do bem e manutenção da sua memória. Bem como o material presente esta dissertação pode ser referência para o reconhecimento da história do lugar e do edifício, constituindo um documento para acessar a 'memória da cidade'. Isto no nosso entendimento responde a pergunta que fizemos e que norteou a nossa pesquisa; 'A conservação e reconstituição histórica do lugar poderia ter impacto no reconhecimento e valorização da memória?

Nesse âmbito, cabe uma reflexão sobre o edifício de maneira geral e sobre o muro de maneira específica na atualidade, devido ao seu estado de degradação e abandono. O HMSA é um dos maiores hospitais da América Latina, referência nacional em atendimento e cuidado, além de ser público, de direito e uso de todos. Seu valor simbólico enquanto patrimônio da saúde (listado no inventário nacional do patrimônio da saúde realizado pela Casa de Oswaldo Cruz) dá lugar à clara falta de conscientização e cuidado do poder público com os bens públicos. O muro escultórico, ruína do antigo hospital, entendido como obra de arte moderna, tornou-se ruína pelo descaso administrativo. É um bem tombado sem a mínima atenção ou plano de conservação.

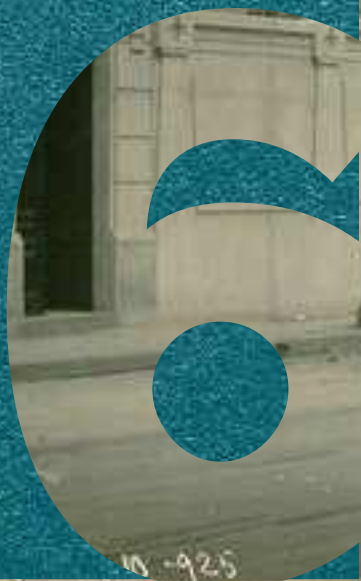
A história do hospital, desde a Rua Camerino até a Praça da República, é marcada pela discussão da assistência social na esfera pública, sua construção, modificação e modernização ao longo do tempo está relacionado às políticas públicas de saúde e atenção à população vulnerável. O Hospital Souza Aguiar é

símbolo de resistência e exemplo de excelência em saúde pública e ensino. Devemos lutar pela valorização de sua arquitetura, não pela imagem, mas pela importância de sua história e pela manutenção da memória.

É necessário conservar e preservar o bem e sua memória para que a sociedade possa valorizar a saúde pública, defendendo a criação de espaços de qualidade e equipamentos públicos para toda a cidade. Ter um equipamento dessa magnitude e relevância nessa área da cidade, também dá destaque para história e tantas memórias passadas que tentaram ser apagadas ao longo do tempo.

Podemos ir além: tanto o hospital é um bem da saúde, quanto todo o quarteirão é um Patrimônio Urbano. Sua conservação é de suma importância como registro histórico das modificações urbanas que ocorreram nessa área, desde as grandes reformas do século passado, ao advento das políticas públicas de conservação do solo e de edifícios históricos. Devemos observar atentamente as modificações dessas políticas patrimoniais em nome do capital imobiliário que vem crescendo no centro da cidade.

REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio Almeida. "Sobre a memória das cidades". Revista da Faculdade de Letras – Geografia. Isérie. Vol. XIV, Porto, 1998. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/geografia/article/view/7761/7122>.

AMORA, Ana Maria Gadelha Albano. Um corredor de saúde no Centro Histórico do Rio de Janeiro – carradas de tempos vistas a partir de dois edifícios hospitalares monumentais modernos. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2022. (Projeto de pesquisa CNPQ/2022).

AMORA, A. M. G. A., BARCELLO SANTOS, R., DA SILVA, G., MACHADO, L. "Uma Ilha de Saúde no entorno do Hospital Municipal Souza Aguiar". In: Livro de atas V Seminário Internacional de História de Arquitetura Hospitalar: Patrimônio Hospitalar e Paisagens de Cura. Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2023.

AMORA, Ana Maria Gadelha Albano; SANTOS, Rafael Barcellos, DUARTE, Yrwin. Hospital Souza Aguiar: por uma nova monumentalidade da "Escola Carioca" nos anos de 1960 na área histórica central do Rio de Janeiro. In: ESPI-NOZA, José Carlos Huapaya (Org.). Anais do 13o Seminário Docomomo Brasil. Arquitetura moderna brasileira. 25 anos do Docomomo Brasil. Todos os mundos, um só mundo. Salvador: Faculdade de Arquitetura da UFBA, 2019. [Consult. 20 abr 2024]. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2020/04/110938.pdf>.

AMORA, Ana M. G. A. "Apresentação". In: AMORA, Ana M. G. Albano. História da saúde" em Santa Catarina: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Barueri, SP: Minha Editora; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012

AMORA, A. "The garden in the modern hospital architecture of the „Carioca School” in Rio de Janeiro, Brazil". Gar-

den in the modern hospital architecture of the „Carioca School in Rio de Janeiro, Brazil”. *Gardens and Landscapes of Portugal*, Volume 5 (2018) - Issue 1 (September 2018). (Published online 29 jul 2019).

AMORA, A. M. G. A. Memórias de concreto: arquitetura e saúde em Santa Catarina. In: I ENANPARQ, *Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: percursos e perspectivas*, 2010. Anais do I ENANPARQ. Rio de Janeiro: Editora PROURB, 2010.

ANDRADE, Rubens de, SANTUCCI, Jane. De pedras e jardins: a conjunção paisagística de Burle Marx no Hospital Souza Aguiar. *Leituras Paisagísticas, teoria e práxis/ Roberto Burle Marx*. 3 (2009), 104-121.

ANDREATTA, V. *Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto: método e história na arquitetura*; trad. Attílio Cancian - São Paulo: Perspectiva, 2014.

CASTRIOTA, L. B. *Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas instrumentos*. Belo Horizonte: Anablume, IEDS, 2009.

CAVALCANTI, Lauro; EL DAHDAH, Farès. *Roberto Burle Marx: a permanência do instável 100 anos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009 (catálogo de exposição).

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, Estação da Liberdade; Editora UNESP, 2001.

CZAJKOWSKI, Jorge (Org). *Guia de arquitetura art déco no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura-

Ra da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

SCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS SOCIEDADE DAS NAÇÕES. Carta de Atenas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS, 1., 1931, Atenas. Anais...Atenas: 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 10 de março de 2021.

FEBVRE, Lucien. Combates pela história. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

FLEMING, Laurence. Roberto Burle Marx: um retrato. Rio de Janeiro: Index, 1996.

HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990

HERING, E. (1920). Memory as a universal function of organized matter. In S. Butler (Ed.), Unconscious memory (pp. 63-86). London: Jonathan Cape.

INOUE, M. Luciana. O patrimônio urbano e as cartas patrimoniais. PUC Campinas, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/3517/351756239006/html/index.html>> Acesso em: 08 de novembro de 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Compromisso de Brasília. Brasília: IPHAN, 1970. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> >. Aceso em: 11 de março de 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Compromisso de Salvador. Salvador: IPHAN, 1971.

Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> >. Acesso em: 11 de março de 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Carta de Petrópolis. Petrópolis: IPHAN, 1987. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>>. Acesso em: 10 de março de 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Documento Regional do ConeSul sobre autenticidade. (Carta de Brasília). Brasília: IPHAN, 1995. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> >. Acesso em: 11 de março de 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. Carta de Veneza. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> >. Acesso em: 11 de março de 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. Carta de Turismo Cultural. Bruxelas: ICOMOS, 1976. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> >. Acesso em: 11 de março de 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. Carta de Burra. Burra: ICOMOS, 1980. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> >. Acesso em: 11 de março de 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (Carta de Washington). Washington: ICOMOS, 1987. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> >. Acesso em: 11 de março de 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. Declaração de Sofia. In: ASSEMBLEIA GERAL DO INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 11., Sofia Anais... Sofia: ICOMOS, 1996. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> >. Acesso em: 11 de março de 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. Princípios de Valleta para a salvaguarda gestão das cidades históricas e áreas urbanas. In: ASSEMBLEIA GERAL DO INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 2011. Anais...Valleta: ICOMOS, 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> >. Acesso em: 11 de março de 2021.

KATINSKY, Júlio Roberto. Pesquisa Acadêmica na FAUUSP. São Paulo: FAUUSP. 2005.

LAMAS, J. M. R. G. Morfologia Urbana e desenho da cidade. São Paulo: Calouste, 2010

LE GOFF, Jacques, História e memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios).

LE GOFF, Jacques. Documento-monumento. In: _____ Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, v. 1: Memória e História, 1984. p. 95-106.

LEPETIT, Bernard. Por uma nova história urbana. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

MOROUÇO, Michael; DUARTE, Yrvin; SILVESTRE, Leonardo. Três hospitais modernos da "Escola Carioca" de arquitetura - Rio de Janeiro, Brasil (1940/1960). In: Anais do III Seminário Internacional de História da Arquitetura Hospitalar. Santiago: Facultad de Arquitectura y Urbanismo Universidad do Chile, 2018.

MOTTA, Flávio. Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem. São Paulo: Nobel, 1983.

PANERAI, Philippe. Análise Urbana - trad. Francisco Leitão - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

ROCHA, Taís Ferreira; HERBST, Helio. Hospital Municipal Souza Aguiar, Rio de Janeiro: arte e saúde em prol da vida. In: ARNAUT, Daniela et al (Orgs.). Livro de atas do V Seminário Internacional de História de Arquitetura Hospitalar: Património Hospitalar e Paisagens de Cura. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023, pp. 36-48. [Consult. 19 abr 2024]. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Livro_de_atas_SIHAH.pdf.

ROSA, Rafael. Arquitetura, a síntese das artes: um olhar sobre os pontos de contato entre arte e arquitetura na modernidade brasileira. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, 100 p. Dissertação de Mestrado.

SANGLARD, G.; COSTA, G-R. Memória, História e Patrimônio Cultural da Saúde: uma história possível. In: PÔRTO, Â., et al. História da Saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. p. 17-28.

SANTOS, Milton (1994): Técnica, espaço, tempo. São Paulo, Hucitec.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. Memórias do urbanismo na cidade do Rio de Janeiro (1778-1878): Estado, administração e práticas de poder. Rio de Janeiro, E-papers, 2012.

----- "Freguesia de Santana na cidade do Rio de Janeiro: Territórios e etnia no último

quartel do século XIX". URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 261-281, 2015. DOI: 10.20396/urbana.v7i1.8642556. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642556>.

SISSON, Rachel. Espaço e poder: os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da Corte Portuguesa. - 1 ed. - Rio de Janeiro: Arco, 2008.

SIQUEIRA, Vera Beatriz. Burle Marx. São Paulo: Cosac Naify, 2001.

TABACOW, José. Roberto Burle Marx: Arte & Paisagem. São Paulo: Nobel, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. 1994. "Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico", Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material. São Paulo, N. S., 2: 9-42, jan.-dez. _____ 1996. "A psicologia social no campo da cultura material", Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material. São Paulo, N. S., 4: 283-90.

VERNIN, Lenna Carolina Sodré. Educação patrimonial no Campo de Santana: história, memória e diversão - 1 ed. - Curitiba: Appris, 2021

WAISMAN, Marina. O Interior da História: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ZEIN, Ruth Verde. Há que se ir às coisas. In: ROCHA-PEIXOTO, Gustavo et al. (Orgs.) Leituras em teoria da arquitetura. Vol. 3. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012. p. 204-236.

QUANTAS **MEMÓRIAS** CABEM EM UM QUARTEIRÃO?
UM **REENCONTRO DO PASSADO NO PRESENTE** NO
COMPLEXO HOSPITALAR SOUZA AGUIAR



Rio de Janeiro
2025